

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

ANA BEATRIZ MACÊDO VENÂNCIO DOS SANTOS

**SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
uma análise longitudinal do sistema no município de Cuité-PB.**

Cuité/PB

2014

ANA BEATRIZ MACÊDO VENANCIO DOS SANTOS

**SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: uma análise
longitudinal do sistema no município de Cuité-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Cuité/PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

S237s Santos, Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos.

Sistema de segurança alimentar e nutricional: uma análise longitudinal do sistema no município de Cuité - PB. / Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos. – Cuité: CES, 2014.

63 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientadora: Poliana de Araújo Palmeira.

1. Segurança alimentar e nutricional. 2. Segurança alimentar e nutricional – sistema nacional. 3. Intersetorialidade. I. Título.

CDU 641.15

ANA BEATRIZ MACÊDO VENÂNCIO DOS SANTOS

SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: uma análise longitudinal
do sistema no município de Cuité-PB.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Pública.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Msc. Poliana de Araújo Palmeira

Universidade Federal de Campina Grande

Orientador

Profa. Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso

Universidade Federal de Campina Grande

Examinador Interno

Esp. Nuara Morais Freire

Prefeitura Municipal de Cuité

Examinador Externo

Cuité/PB

2014

Aos que me educaram com tanto amor, Fábio Venâncio dos Santos e Vanderlanea de Macêdo Santos, companheiros de caminhada e amados pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pelo amor e cuidado que me fortaleceu para alcançar meus objetivos. Que eu jamais esqueça que tudo que sou e o que vier a ser vem de Ti.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pelo fomento da pesquisa.

À Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cuité e todos os seus servidores, da qual tenho muito orgulho de ser fruto.

À minha orientadora, Prof. Poliana de Araújo Palmeira, pela dedicação, ética e competência com que me orientou durante estes quatro anos de trabalho, sem a qual esta pesquisa não seria possível. Sou grata por todas as oportunidades e aprendizados que adquiri com esta parceria.

Aos gestores do município de Cuité-PB que participaram da pesquisa, representados na pessoa da Coordenadora dos Programas Sociais Nuara Morais Freire e do Diretor do Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Assistência Social Thiago Ramos Balbino, por quem tenho tamanha admiração profissional e pessoal.

Aos meus pais por toda uma vida de dedicação. À vocês o meu amor incondicional e gratidão por estarem sempre ao meu lado e compreender minha ausência como renúncia para a realização de novos sonhos.

À minha professora e amiga, Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso, por acreditar no meu potencial, por todos os momentos profissionais e pessoais compartilhados e pelo carinho de sempre. Serei eternamente grata pela sua amizade e confiança.

Ao corpo docente do Bacharelado em Nutrição CES-UFCG pela dedicação para com a minha formação, na pessoa da Prof. Maria Elieidy Gomes de Oliveira, por quem tenho um apreço enorme.

Às amigas queridas com quem partilho sonhos há tantos anos, Joanna Furtado, Simiramis Alves e Camylla Jhennifer.

Àqueles que tive o privilégio de conhecer na graduação e, aos poucos, se tornaram tão especiais: Silvana Ribeiro, Vanessa Nogueira, Rayane Albuquerque, Desiane Maiara, Darlenne Pontes, Rayane Lucena e Mário Márcio. Obrigada por tornar esta jornada mais feliz.

Às equipes do Projeto SANCUITÉ I e II pela companhia e dedicação na realização da pesquisa. À todos do Núcleo PENSO pelos momentos de aprendizado e companheirismo. Aos amigos-irmãos da Aliança Bíblica Universitária pela presença cheia de paz.

À todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho e minha formação, meus sinceros agradecimentos.

“Descobri como é bom chegar quando se tem paciência. E para chegar onde quer que seja, aprendi que não é preciso dominar a força, mas a razão. É preciso antes de mais nada, querer.”

(Amyr Klink)

RESUMO

SANTOS, A. B. M. V. **SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: uma análise longitudinal do sistema no município de Cuité-PB.** 2014. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2014.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) visa a garantia do acesso regular e permanente a uma alimentação adequada sob a ótica desta como um direito humano fundamental sem comprometimento de outros direitos e exige articulação intersetorial e descentralizada para efetivação da Política de SAN eficaz nos três níveis de governo. Essa articulação foi estabelecida pela Lei Orgânica de SAN com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ainda um desafio para estados e municípios. Este trabalho objetivou analisar o SISAN do município de Cuité-PB em dois recortes históricos, 2011 e 2014. Trata-se de um estudo descritivo-analítico por descrever a política municipal de SAN, além de analisar e comparar os equipamentos, programas e ações em dois momentos. Foram coletadas informações por meio de pesquisa documental, mapeamento dos equipamentos, programas e ações, e entrevistas com gestores. A análise dos dados baseou-se em dimensões analíticas construídas, a saber: Formalização do Sistema, Abrangência dos Programas, Descentralização das Ações, Natureza e Público-alvo dos Programas e Intersetorialidade das Ações. Os resultados apontaram o potencial municipal para a implementação do SISAN desde 2011, todavia o mesmo não foi efetivado em termos legais nem práticos, considerando a ausência de legislação própria em torno da SAN, a inatividade do Conselho Municipal de SAN (COMSEA) e o pouco diálogo entre os setores para o desenvolvimento de ações promotoras da SAN. No que se refere a Abrangência, verificou-se a ausência de ações voltadas à Disponibilidade de Alimentos, estagnação na dimensão da Produção de Alimentos e crescimento nas dimensões de Renda e Condições de Vida e Saúde, Nutrição e acesso a Serviços relacionados, embora este último ocorra de forma isolada. Quando analisada a descentralização das ações, observou-se a baixa proposição de iniciativas do governo municipal e ausência do governo estadual. Verificou-se ainda a existência de programas emergenciais e estruturantes, porém com pouca articulação entre si, bem como a falta de monitoramento das ações desenvolvidas por estes programas. Assim, conclui-se que o município cresceu em quantidade de programas, mas não evoluiu na compreensão e execução da política de SAN na perspectiva sistêmica quando comparados os recortes 2011 e 2014. E, portanto, necessita de discussões e capacitações entre os gestores, conselheiros e sociedade civil em geral a fim de estimular o diálogo entre os atores envolvidos nas questões da SAN e, assim, tornar viável a implementação, de fato, do SISAN municipal com o desenvolvimento de ações eficazes para a promoção da SAN.

Palavras-chaves: Segurança Alimentar e Nutricional. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Intersetorialidade.

ABSTRACT

SANTOS, A. B. M. V. **SYSTEM OF FOOD AND NUTRICION SECURITY: the longitudinal analysis of the system in the municipality of Cuité - PB.** 2014. 63 p. Work Completion of course (Undergraduate Nutrition) - University Federal of Campina Grande, Cuité, 2014.

The Food and Nutrition Security (FNS) aims to guarantee the regular and permanent access to adequate food in the view of this as a fundamental human right of affecting other rights and requires intersectoral and decentralized coordination to execute the effective FNS policy in three levels government. This articulation was established by the Organic Law of FNS with the creation of the Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), still a challenge for states and municipalities. This study aimed to analyze the SISAN the city of Cuité-PB in two historical cutouts, 2011 and 2014. This was a descriptive-analytic study by describing the municipal policy FNS, as well as analyze and compare the equipment, programs and actions in two stages. Information was gathered through desk research, mapping equipment, programs and actions, and interviews with managers. Data analysis is based on analytical dimensions built, namely: Formalization of the System, Drawing System, Scope of Programs, Decentralisation of the Shares, Nature and Target Audience of Programs and Intersectoral Shares. The results indicate the potential for municipal implementation of SISAN since 2011, however it was not effected in legal or practical terms, given the lack of specific legislation around the FNS, the inactivity of the Conselho Municipal de SAN (COMSEA) and the little dialogue among the sectors for the development of actions that promote the FNS. With respect to coverage, there was the absence of actions to the Availability of Food, stagnation in the size of Food Production and growth in the dimensions of Income and Living Conditions and Health, Nutrition and access to related services, although the latter occur in isolation. When analyzed the decentralization of actions, there was the low proposing initiatives of the municipal government and the absence of state government. It was also verified the existence of emergency and structural programs, but with low coordination between them, as well as the lack of monitoring of the actions developed by these programs. Thus, it is concluded that the city grew in quantity of programs, but has not evolved in the understanding and execution of policy in FNS systems perspective when comparing cutouts in 2011 and 2014 cutouts. And, therefore, needs to discussion and training capabilities among managers, counselors and civil society at large in order to stimulate dialogue among between the actors involved in issues of FNS and, thus, it becomes possible the actual render possible the implementation, in fact, de municipal SISAN with development of effective actions to promote the FNS.

Keywords: Food and Nutrition Security. National System of Food and Nutritional Security. Intersectionality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAISAN	Câmara de gestão intersetorial de SAN
CNA	Comissão Nacional de Alimentos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
ISAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NASF	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PAT	Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF	Programa Bolsa Família
PCCNE	Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas
PETI	Programa de erradicação do Trabalho Infantil
PFZ	Programa Fome Zero
PIDESC	Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PLANSAN	Plano nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNIAM	Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno
PNS	Programa Nutrição em Saúde
PROAB	Programa de Alimentos Básicos em Área de Baixa Renda
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUS Sistema Único de Saúde

VISA Vigilância Sanitária Municipal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
3.1 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO..	14
3.2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	18
3.3 CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	19
4 METODOLOGIA.....	21
4.1 COLETA DE DADOS.....	21
4.2 ANÁLISE DE DADOS.....	23
4.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
7 REFERÊNCIAS.....	50
8 APÊNDICES.....	54

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a fome e a pobreza são problemas marcantes para a população brasileira, bem como um desafio para pesquisadores e gestores. Contudo, há pouco mais de uma década este desafio vem sendo enfrentado, de fato, a partir da priorização e implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional na agenda governamental brasileira, visando, dentre outros objetivos, superar a pobreza e a fome. Neste contexto, importa destacar que devido esta priorização, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), cujo relatório aponta um decréscimo de 82% no percentual de famílias em situação de subalimentação entre 2002 e 2013 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014a).

Assim sendo, é possível contemplar os avanços no tocante a SAN que, ultrapassando os conceitos de fome e de pobreza, traz uma discussão ampla visando assegurar o acesso permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem o comprometimento dos outros direitos essenciais do cidadão (MALUF, 2009). Apesar do processo de construção da política de SAN ainda estar em desenvolvimento, o mesmo já possui alguns marcos importantes para a efetivação da política, a começar pela discussão da própria definição da SAN seguida da criação da Lei orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, caracterizada como marco legal para a política de SAN.

A LOSAN apresenta como principal característica da política de SAN a necessidade de ações intersetoriais articuladas por diferentes programas e políticas públicas na forma de um sistema, instituindo assim, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) composto por todos os órgãos e entidades afetos à SAN nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal, com a prerrogativa da integração do governo e da sociedade civil (BRASIL, 2011). Em continuidade a esta discussão, em 2010, a inserção do Direito Humano à Alimentação Adequada na Constituição Federal Brasileira também representou um marco neste processo.

A adoção de um sistema intersetorial é um desafio, principalmente por exigir a descentralização das decisões e, conseqüentemente, o estabelecimento do SISAN nas esferas estadual e municipal com a criação de sua legislação própria. Apesar desta proposta de descentralização, as obrigações de cada esfera ainda não foram definidas, o que associado ao pacto federativo que confere razoável autonomia as esferas menores, mantém as questões da descentralização ainda muito livres, no campo prático (MALUF; KEPPEL; BURLANDY, 2012).

Considerando o incentivo do governo federal para a política de SAN e o processo atual de incentivo à adesão ao SISAN nos municípios brasileiros este estudo objetiva analisar o Sistema Municipal de SAN do município de Cuité-PB. Para tanto, adota-se como hipóteses o avanço em quantidade, qualidade e abrangência das políticas públicas com ações e programas intersetoriais ao comparar os anos de 2011 e 2014, bem como, a evolução na construção do Marco Legal, a valorização da SAN na agenda e na prática dos gestores e da comunidade como participante do processo de construção, implementação e avaliação das políticas públicas de SAN deste município.

A realização deste estudo destaca-se pela escassez de estudos como estes realizados em municípios de pequeno porte após o reordenamento da política em forma de sistema, contribuindo para a experiência sobre avaliação de políticas no Brasil que, segundo Santos (2007), ainda é resumida, pouco significativa e sistemática. Além disso, pela importância de avaliar o que está sendo feito, de que forma, para quem e com que resultados em termos de políticas públicas, para orientação e reconstrução das políticas locais e de municípios com características semelhantes (SANTOS; SAMPAIO, 2013).

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Cuité/PB (SISAN-Cuité) em dois recortes históricos, em 2011 e 2014.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o SISAN-Cuité nos dois períodos históricos da pesquisa.
- Analisar o processo de legitimação da Política e do Sistema Municipal de SAN, especialmente no tocante à adesão ao SISAN neste período;
- Analisar o SISAN-Cuité de acordo com as dimensões analíticas construídas com base nos princípios e diretrizes do SISAN

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

A compreensão das Políticas Públicas voltadas à alimentação e nutrição atualmente priorizadas no Brasil está estreitamente ligada ao estudo do processo de formação da sociedade brasileira e dos problemas por ele acarretados, como por exemplo a origem da questão da fome no país que provocou a construção de diversas ações que visassem a superação desta. Neste sentido, o presente tópico discorrerá sobre a história e a evolução das Políticas Públicas no Brasil.

Apenas no século XIX e a partir das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Pernambuco foram visualizados os primeiros estudos sistematizados sobre carências nutricionais relacionadas à alimentação no Brasil. Destaca-se também o momento de ditadura historicamente conhecido por “Estado Novo” (1937-1945) como período de surgimento dos primeiros instrumentos específicos de política social de alimentação e nutrição, de forma que a emergência dessa política ocorreu ao longo do processo de transição do Estado Liberal para o intervencionista burguês (VASCONCELOS, 2005).

Esta etapa da trajetória das políticas de alimentação e nutrição remete à memória um estudioso polêmico que associou sua argumentação à segurança científica, o pernambucano Josué de Castro que se revelou um intelectual à frente do seu tempo. Professor, geógrafo, sociólogo e político, Josué ocupou a presidência do Conselho da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e fundou a Associação Mundial da Luta Contra a Fome, o que contribuiu para que se tornasse o responsável por inserir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na agenda política nacional e internacional (ARRUDA, 2007; PINHEIRO, 2009).

Além dos importantes cargos políticos ocupados, Castro contribuiu indispensavelmente para a construção do pensamento e das políticas de SAN a partir de suas publicações, a exemplo do inquérito realizado na cidade de Recife sobre “as condições de vida das classes operárias” e das obras “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome”. O inquérito citado estabeleceu relação entre alimentação e renda o que impulsionou a regulamentação da Lei do Salário Mínimo e também a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), este com a finalidade de propiciar instalações e condições para a alimentação adequada

dos trabalhadores, fornecer alimentos a preços acessíveis e capacitar o pessoal para as atividades de nutrição (ARRUDA, 2007; PESSANHA, 2002; VASCONCELOS, 2005).

A partir disso, novas estratégias relacionadas à alimentação e nutrição foram desenvolvidas em busca de minimizar a problemática da fome. As discussões em torno da temática passaram constar que a fome deve ser abordada de forma interdisciplinar devido sua multicausalidade, com a compreensão de que as condições de saúde e educação da população, bem como o acesso aos alimentos são tão importantes quanto à disponibilidade destes (ARRUDA, 2007; PINHEIRO, 2009; TAVARES; LEAL, 2012).

O desenvolvimento de ações e a exigência do contexto histórico em questão contribuíram para a criação da Comissão Nacional de Alimentos (CNA) cuja função era assistir o governo na formulação da política nacional de alimentação, devendo estudar o estado nutricional e os hábitos alimentares da população, acompanhar e instigar pesquisas sobre os problemas de alimentação e nutrição, estudar e propor normas da política nacional de alimentação e estimular e acompanhar as campanhas educativas acerca do tema (PESSANHA, 2002; VASCONCELOS, 2005).

Aos poucos, outras ações foram realizadas a exemplo da promulgação do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição considerado molde para o planejamento nutricional brasileiro, das quais podemos destacar a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972, que substituiu a CNA e foi responsável por elaborar e propor o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). Anos depois, traduzindo um novo olhar político-administrativo e concebendo a desnutrição como uma doença social, surgiu o II PRONAN, em vigor de 1979 a 1985 (VASCONCELOS, 2005; ARRUDA, 2007; TADDEI et al., 2011; TAVARES; LEAL, 2012).

O II PRONAN foi direcionado por três vertentes: suplementação alimentar, racionalização dos sistemas de produção e comercialização dos alimentos, e atividades de complementação e apoio, sob as quais consolidou programas impactantes à população brasileira: Programa Nutrição em Saúde (PNS), Programa de Alimentos Básicos em Área de Baixa Renda (PROAB), Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, (PNIAM), Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas (PCCNE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN); alguns destes, mesmo submetidos à corte de verbas e outros entraves ao longo da história, foram aprimorados e deram origem a programas vigentes atualmente (VASCONCELOS, 2005; ARRUDA, 2007).

Neste mesmo período histórico o INAN promoveu a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) que, seguindo a 8ª Conferência Nacional de Saúde ocorrida no mesmo ano a qual propôs a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), deliberou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). No ano seguinte, foi retomada a proposta de criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a partir da criação de comitês de combate à fome com a participação de movimentos sociais que garantiram o processo democrático. Inicia-se, então, o processo de compreensão da alimentação não mais como um benefício, mas como direito (BRASIL, 2011).

Ainda em meados da década de 80 ocorreram fatos relevantes como a aprovação da Nova Constituição Brasileira (1988) e a pesquisa sobre alimentação e nutrição coordenada pelo INAN em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2011). Todavia, nos últimos três anos desta década as prioridades sociais e as ações voltadas para alimentação e nutrição sofreram cortes no investimento financeiro em função dos sucessivos planos econômicos que visavam a estabilização econômica e modernização do Estado (VASCONCELOS, 2005).

No governo Collor (1990) a discussão acerca da SAN sofreu um retrocesso quanto à atuação do Estado, com mau funcionamento dos programas e redução dos recursos financeiros e humanos para a realização das ações, resultando na desestruturação e até extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição. Por outro lado, os anos 90 foram marcados pela mobilização social com destaque para o “Movimento dos Caras Pintadas” que exigiu o *impeachment* do Presidente Collor e, neste contexto de luta, surge a Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, liderada por Herbert de Souza, o Betinho. A mobilização popular também conseguiu realizar em 1994 a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília (COSTA; PASQUAL, 2006; ARRUDA, 2007).

A bandeira “a fome não pode esperar” levantada pelo movimento social mobilizou os brasileiros e criou comitês de combate à fome operantes em todo o País. Assim, pressionado pela sociedade civil organizada e reconhecendo o círculo vicioso formado pela fome, a miséria, a violência e a falta de cidadania, o Estado em parceria com a Ação comandada por “Betinho” elaborou instrumentos que auxiliaram na construção da Política Nacional de SAN, a saber: o Plano de Combate à Fome e a Miséria e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que apesar de pouco tempo de funcionamento (1993-1994) desenvolveu muitas ações de caráter emergencial (VASCONCELOS, 2005; COSTA; PARQUAL, 2006).

Em 1995, com a chegada de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao governo, o Brasil retoma o foco para estabilização econômica e a SAN sofre mais um período de retrocesso no qual são extintos o CONSEA e o INAN, bem como desestruturados e desmontados muitos programas referentes a SAN no país. Embora o governo FHC tenha significado atraso para a trajetória de SAN, alguns avanços pontuais foram identificados, como: a constituição do Comitê de Trabalho em Segurança Alimentar do Conselho da Comunidade Solidária, que formou uma rede de técnicos do setor público para discutir a SAN e construir um documento a ser apresentado na Cúpula Mundial da Alimentação; e, em 1999, a instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) na ótica da SAN; e, ainda, muito criticado por sua insensibilidade social, o governo FHC utilizou de uma “política social” que baseava a criação de novos programas como resposta a tais críticas, foi quando surgiram os programas de transferência direta de renda (COSTA; PASQUAL, 2006; NOGUEIRA, 2013).

A sociedade civil não se sentiu contemplada com as decisões tímidas da Cúpula Mundial da Alimentação e, por isso, em 1998 criaram o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) que inicia o impulso à criação dos Conselhos Estaduais de SAN. A proposta foi acatada pelas ONGs, universidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais que almejavam a participação popular na elaboração dos conceitos e na implantação de projetos e ações locais de SAN (BRASIL, 2011).

As mobilizações promoveram visibilidade do Direito Humano à Alimentação diante da sociedade civil e do governo. Sobre estas mobilizações é importante ressaltar a contribuição do Instituto Cidadania e do Governo Paralelo que elaborou uma política de Segurança Alimentar para o país desde 1990, que incluiu o Programa Fome Zero (PFZ), utilizado como “carro chefe” da campanha eleitoral do futuro presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 (NOGUEIRA, 2013). Além disso, constituiu-se o Programa Bolsa Família (PBF) que unificou os programas de transferência direta de renda já existentes e, percebe-se que a partir de então, o Ministério passa a contar com instrumentos financeiros para a garantia da SAN e do DHAA (BRASIL, 2011).

A partir de então, sob a gestão do governo Lula, a SAN volta a ter prioridade nas discussões e na agenda governamental, estabelecendo uma trajetória de avanço na construção de seu conceito para o embasamento da política, a partir de então, adotado para o país, que tem como marco legal a LOSAN, que cria o SISAN e assim obriga o estado a desenvolver um conjunto de ações para o exercício do Direito Humano à Alimentação Adequada.

3.2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS: DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Considerando este contexto político é fundamental explanar dois conceitos discutidos e desenvolvidos ao longo da história política apresentada no tópico anterior, os quais são essenciais para a compreensão e efetivação da política de SAN no Brasil.

O primeiro conceito refere-se ao termo Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) que, por sua vez, compreende a um direito humano fundamental e universal previsto para a população brasileira, em especial, com base em três marcos legais: a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948); o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC (1966), do qual o Brasil é signatário desde 1991; e, o mais recente, o artigo 6º da Constituição Federal Brasileira que desde 2010 teve acrescido ao seu escrito o DHAA (COSTA, 2011). Desta forma, é dever do Estado proteger e promover o DHAA, fato estreitamente relacionado com a formulação de políticas, programas e ações que promovam o desenvolvimento econômico e social (MALUF; REIS, 2013).

No tocante ao conceito de DHAA propriamente dito, destaca-se que o mesmo engloba outros conceitos como disponibilidade, adequação, acessibilidade e estabilidade, de modo que o DHAA apenas é garantido quando há disponibilidade e acessibilidade de alimentos adequados de forma estável para os indivíduos (BURITY et al., 2010). Neste sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1999, elaborou o Comentário Geral 12 sobre o DHAA que apresenta uma definição clara a partir da interpretação do artigo 11 do PIDESC:

“O direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção” (ONU, 1999).

Por outro lado, o segundo conceito retrata o termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cuja definição foi formulada pelo Fórum Brasileiro de SAN (2003) e referendada na II Conferência Nacional de SAN (2004) com a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 11.346/2006, elaborada pelo Conselho Nacional de SAN e sancionada pelo Presidente da República, que com o objetivo de assegurar o DHAA apresentou em seu artigo 3º a definição abaixo (COSTA, 2011; MALUF; REIS, 2013):

“Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que

respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

Sobre esta definição, importa destacar que o adjetivo ‘nutricional’ foi adicionado à formulação tradicional ‘segurança alimentar’ de modo peculiar ao caso brasileiro, de forma a unir dois enfoques principais presentes na base da noção de SAN, que são o socioeconômico e o de saúde, tendo em vista que a SAN não engloba apenas o comer regularmente, mas também o comer bem, com alimentos de qualidade e adequados à cultura, cujos hábitos baseiem-se em práticas saudáveis que valorizem, inclusive, a dimensão do prazer (MALUF; REIS, 2013).

Desta forma, a política de SAN construída com base nestes conceitos e tendo como vetor a dignidade humana, segue a perspectiva de garantia de direitos aos cidadãos brasileiros e invalida a ideia de que as ações governamentais são oferecidas como “ajuda” merecedora de ‘retribuição eleitoral’, trazendo à tona a obrigatoriedade do Estado e a emancipação dos cidadãos (BURITY et al., 2010).

Com esta característica multifatorial a SAN é constituída basicamente por dois componentes: o alimentar, que se relaciona com as dimensões da produção, da disponibilidade e do acesso ao alimento; e o nutricional, cuja relação é com o consumo dos alimentos e a utilização biológica dos nutrientes (TAVARES; LEAL, 2012).

A compreensão dos conceitos de SAN e DHAA permite associar as relações de interdependência e inter-relação entre estes, de modo que Segundo Leão (2013), é através da Política de SAN e suas articulações com outros programas e políticas públicas, que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Após a elaboração da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar por parte do “governo paralelo”, que adotou a SAN como princípio norteador e o direito fundamental à alimentação como foco, percebeu-se a exigência de respostas urgentes por via de ações emergenciais e de políticas estruturantes para o setor da produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos (PESSANHA, 2002).

Neste sentido, é importante conjugar políticas estruturais e emergenciais para a implementação de objetivos e princípios da Política de SAN, haja vista que o potencial das ações emergenciais depende do quanto permanentes e articuladas sejam as ações que tenham caráter mais perene e sistêmico. Assim, a natureza das políticas e programas passam a ser

consideradas nas escolhas governamentais, respeitando o caráter emergencial de alguns casos cuja oferta imediata de alimentos ou renda para grupos vulneráveis prioritários é necessária, ao tempo em que se busca ofertar também ações estruturais que gerem alternativas e caminhos para a autonomia alimentar destes (MAGALHÃES; BURLANDY; FROZI, 2013).

Como discutido anteriormente o processo de elaboração de bases legais e institucionais para a promoção do DHAA tem como principal instrumento legal a LOSAN que estabelece a criação do SISAN e afirma o dever do Estado na promoção do DHAA (MALUF; LEÃO, 2012).

O SISAN é um sistema público que reúne diversos setores do governo para a coordenação das políticas baseadas em seis diretrizes: (1) promoção da intersectorialidade, (2) descentralização das ações com regime de colaboração entre as diversas esferas do governo, (3) monitoramento da situação alimentar e nutricional, (4) conjugação de medidas diretas e imediatas para o acesso à alimentação com ações que visem à autonomia da população, (5) articulação entre orçamento e gestão e (6) estímulo ao desenvolvimento de pesquisas e à capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2006; BRASIL, 2011; LEÃO; MALUF, 2012).

Estas diretrizes devem respeitar os princípios da universalidade, da preservação da autonomia, da participação social e da transparência dos programas, ações e recursos (LEÃO; MALUF, 2012). Além disso, sistema deve ser estruturado e implantado também nas três esferas, de modo que cada nível apresente os requisitos mínimos para adesão e implantação do sistema, a saber: Conferência de SAN, CONSEA, Câmara de gestão intersectorial de SAN (CAISAN), Plano de SAN, órgãos governamentais e órgãos da sociedade civil, das três esferas do governo (CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-MG, 2009).

Nesta direção, importa saber que a Conferência é um dos mecanismos de mobilização e proposição de políticas públicas, como também o espaço de discussão do poder público e da sociedade civil no que diz respeito à SAN. E, com esta mesma visão do diálogo entre gestores e sociedade civil para a formulação, monitoramento e avaliação das políticas de SAN, apresenta-se o CONSEA. Por fim, a CAISAN é o órgão que articula e integra as ações e programas do governo a partir das proposições emanadas do CONSEA, bem como o Plano de SAN é o instrumento de planejamento e orientação da implementação da Política de SAN, com vistas a atender as demandas da sociedade nessa área (CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-MG, 2009; BRASIL, 2011).

Contudo, o processo de implementação do SISAN é complexo e deve ser resultado de um trabalho persistente e contínuo, tendo em vista que apesar de ser pensado historicamente há algum tempo, o processo de implantação do Sisan municipal e a formulação da política local

de SAN exige adaptação dos gestores e da sociedade para o novo modelo de gestão pautado na intersectorialidade sendo, portanto, um momento que demanda uma construção coletiva para a superação de entraves políticos e históricos existentes em nosso país.

4 METODOLOGIA

Corresponde a um estudo exploratório que visa caracterizar as políticas de SAN do município de Cuité e descritivo-analítico pois propõe analisar e comparar as políticas, os equipamentos e as ações de SAN vigentes em dois momentos históricos.

Para a análise do primeiro recorte histórico, 2011, foram utilizados dados da pesquisa “Segurança Alimentar e Nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte” (SANCUITÉ 1), financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que foi realizada com o objetivo de identificar os fatores que pudessem comprometer ou favorecer o Sistema Municipal de SAN (SISAN-Cuité).

O segundo momento refere-se ao ano de 2014 cujos dados são oriundos do projeto de pesquisa “Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população” (SANCUITÉ 2), também financiado pelo CNPq, que coletou novos dados sobre as políticas públicas de SAN.

4.1 Coleta de dados

Em 2011 os dados da pesquisa foram coletados através pesquisa documental, mapeamento dos programas que integram o SISAN-Cuité e de entrevistas com gestores. A pesquisa documental registrou a existência de marcos legais que legitimem as ações de SAN no município. O mapeamento dos programas identificou em cada secretaria municipal os programas correspondentes ao SISAN-Cuité, segundo o documento de referência da 4ª Conferência Nacional de SAN (2011), o qual lista os programas que devem compor as diretrizes da Política Nacional de SAN. Assim sendo, foi questionada a existência destes programas, de algum outro não contemplado na lista que o gestor considerasse importante acrescentar e, ainda, alguns identificados por observação da coordenadora da pesquisa. Estas duas primeiras etapas foram realizadas em junho de 2011.

As entrevistas seguiram um roteiro semi dirigido baseado no modelo utilizado pelo Instituto Pólis (2008) e foram realizadas pela coordenadora da pesquisa, registradas com auxílio de gravador de voz digital entre julho e agosto de 2011. Além disso, alguns programas foram pesquisados por observação em visitas técnicas e outros foram discutidos em oficina realizada

com os gestores municipais. Outra metodologia adotada para compreensão das questões da política de SAN foi a observação participante através da inserção da coordenadora da pesquisa como membro do Conselho Municipal de SAN a partir de fevereiro de 2011.

Em 2014 a coleta de dados para a análise do SISAN-Cuité também realizou a pesquisa documental, o mapeamento dos programas do SISAN-Cuité e as entrevistas com informantes-chaves. Assim sendo, a pesquisa documental buscou identificar a existência de leis que normatizem a política de SAN municipal, cuja realização foi feita juntamente com o mapeamento dos programas, em Junho/2014. No mapeamento foram visitadas separadamente as secretarias municipais de agricultura, educação, assistência social e saúde, bem como órgãos estaduais com sede no município – 4ª gerência regional de ensino e 4º Núcleo regional de saúde - com o objetivo de identificar as iniciativas existentes relacionadas à SAN. Na oportunidade também foram identificados os gestores e informantes-chaves para a realização de entrevistas.

Sobre o mapeamento dos programas integrantes do SISAN-Cuité, a equipe voltou a campo com uma lista (Apêndice 1) que contemplou os programas: (1) identificados no município pela pesquisa em 2011; (2) listados no documento de referência, mas não existentes no município em 2011; (3) adotados a partir do Plano Brasil Sem Miséria nos eixos da inclusão produtiva, geração de renda e acesso a serviços. Além disso, foram acrescentados outros programas não contemplados na lista, mas citados pelos próprios gestores e, ainda, um programa foi identificado a partir do Relatório do Plano Brasil Sem Miséria no Município de Cuité-PB (2014).

As entrevistas com os informantes-chaves foram realizadas por bolsistas do projeto devidamente treinados, registradas com o auxílio de um gravador de voz digital e norteadas por roteiro semi dirigido adaptado do modelo proposto pelo Instituto Pólis (2008) de acordo com os objetivos do projeto em verificar as mudanças no conjunto de políticas de SAN entre dois períodos distintos, havendo dois roteiros diferentes, um para programas já pesquisados em 2011 (Apêndice 2) e outro para os novos programas identificados em 2014 (Apêndice 3). O conteúdo das entrevistas foi transcrito por profissional contratado pela coordenação do projeto.

Destaca-se que, nas duas coletas, as entrevistas só foram realizadas mediante autorização dos entrevistados e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 4) no momento da entrevista, sendo esta etapa desenvolvida entre os meses de junho e agosto, para 2011 e 2014.

4.2 Análise de dados

Inicialmente foi realizada uma análise descritiva do SISAN-Cuité nos dois momentos históricos e, para tanto, as informações coletadas foram sistematizadas na forma de um *organograma do sistema* e de uma *matriz de programas e ações de SAN*.

Foram elaborados dois organogramas do SISAN-Cuité correspondentes a cada recorte da pesquisa, 2011 e 2014, visto que, segundo Mezomo (2002), os organogramas são a representação da organização e permitem a visualização objetiva da estrutura hierárquica, dos órgãos componentes da estrutura organizacional, da comunicação entre estes e, ainda, de possibilidades de desenvolvimentos futuros. A matriz de programas e ações de SAN foi construída a partir das entrevistas com os gestores em 2014, sendo explanados os programas com seus objetivos e público-alvo.

Para a análise de dados foram estabelecidas, *a priori*, dimensões de análise com base nas diretrizes e princípios do SISAN. Assim, foi realizada uma análise exploratória e descritiva com o objetivo de comparar o SISAN-Cuité nos dois recortes históricos, considerando as seguintes dimensões:

a) *Formalização do Sistema*

A análise da *Formalização do Sistema* identifica a existência de marcos legais que legislem sobre a política municipal de SAN. Foram questionamentos norteadores: Existe a Lei Orgânica Municipal de SAN? Já foi realizada a adesão formal ao SISAN? O município possui o Plano Municipal de SAN? Há a lei de criação do Conselho Municipal de SAN (CONSEA)?

A realização desta torna-se relevante por três motivos principais: (1) as políticas públicas devem ser explicitadas, sistematizadas e/ou formuladas em documentos reguladores que orientam as ações com a apresentação de diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público com regras e procedimentos para as relações entre governo e sociedade civil (TEIXEIRA, 2002); (2) a fundamentação das políticas em leis baseadas na necessidade coletiva, determina como função do Estado a resolução de questões gerais e específicas da sociedade no que se refere ao tema descrito em lei (HEIDEMANN; SALM, 2006); (3) a apresentação da lei municipal de SAN e seu regulamento é um dos critérios básicos para a adesão ao SISAN municipal, bem como a criação do PLANASAN, da CAISAN e do CONSEA (BRASIL, 2011).

b) *Abrangência dos Equipamentos, Programas e Ações nas Diferentes Dimensões da SAN*

Esta análise consiste na identificação dos programas e sua distribuição entre as diferentes dimensões da SAN, uma vez que permite visualizar quais as dimensões mais e/ou menos assistidas, apontando potencialidades e fragilidades para a promoção da SAN no município. Esta é de fundamental importância quando considerado o conceito abrangente e interdisciplinar da SAN que engloba questões como as de práticas alimentares saudáveis, de acesso a alimentos de qualidade, de práticas sustentáveis de produção, de direitos humanos e de cidadania (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). No tocante as definições destas dimensões de SAN, tomou-se como base o PLANSAN e, assim, foram consideradas 6 dimensões: (I) produção de alimentos; (II) disponibilidade de alimentos; (III) renda e condições de vida; (IV) acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; (V) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; (VI) educação (BRASIL, 2011).

Como questões norteadoras adotou-se: Os programas identificados englobam todas as dimensões da SAN? Os programas, equipamentos e ações estão igualmente distribuídos entre as dimensões ou estão polarizados? Em caso de polarização, onde está localizada a maior concentração das ações e programas?

c) *Descentralização das ações*

A análise da *Descentralização das Ações* no SISAN-Cuité consiste na identificação da contribuição das três esferas governamentais para desenvolvimento das ações de SAN, com destaque para a iniciativa municipal. Nesta direção, segundo Castor (2008) a descentralização determina a distribuição de competências entre as entidades federativas e, conseqüentemente, de rendas, como condição para que estas exerçam suas funções. Para esta avaliação na perspectiva do sistema destaca-se como questões norteadoras: Os programas de SAN existentes são de origem municipal, estadual ou federal? Existem adequações na implementação de programas federais ou estaduais a nível local?

d) *Natureza dos Equipamentos, Programas e Ações*

Corresponde a análise da existência e da forma de articulação entre as ações emergenciais e estruturantes. Esta observação faz-se necessária quando o foco do desenvolvimento da política o exercício do direito à alimentação adequada assegurando-o àqueles em situação de privação, bem como a quebra do ciclo de reprodução da pobreza e da fome, que é multideterminado e deve ser rompido a partir de investimento de várias frentes,

requerendo ações diversas, tanto de natureza emergencial quanto estruturante (HESPANHOL, 2014).

As análises foram norteadas pelas seguintes questões: Existem programas de diferentes naturezas no município (emergencial e também estruturantes)? A maioria das ações são emergenciais ou estruturantes? O público alvo dos programas emergenciais é envolvido em programas/ações estruturantes?

e) Intersetorialidade das ações

Nesta categoria investiga-se a presença da prática do princípio da intersetorialidade no desenvolvimento das ações que, segundo Dias et al (2014), supera a visão das práticas fragmentadas, demandando a articulação entre diferentes setores. Portanto, nesta análise procura-se registrar a articulação e a integração entre as ações dos diversos setores relacionados à SAN, do governo e também da sociedade civil.

As questões norteadoras utilizadas para a análise foram: os programas e as ações estudados são executados de forma articulada / integrada entre os setores governamentais? Como ocorre este processo de articulação? Existem entraves para executar este diálogo/articulação?

4.3 Procedimentos Éticos

Considerando a Resolução 466/2012 (CNS-MS, 2012) que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e estabelece que "toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa", ressalta-se que o presente trabalho é uma extensão do projeto Segurança Alimentar e Nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte que, realizado no município de Cuité no ano de 2011, o qual foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Campina Grande, comprovado pelo processo de nº 0102.0.133.000-11.

Bem como o projeto de pesquisa "Segurança Alimentar e Nutricional: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população" também foi devidamente aprovado, processo nº 309193.14.6.0000.5182.

4 RESULTADOS

Com as coletas de 2011 e de 2014 foi realizado um total de 11 e 34 entrevistas com gestores, respectivamente. Embora alguns destes programas/equipamentos identificados em 2014 já existissem desde 2011, os mesmos não foram inseridos no primeiro mapeamento tendo em vista que não integravam a lista de referência adotada para a realização do mapeamento desta pesquisa, nem foram citados pelos gestores nas demais entrevistas. São exemplos disso o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), a Farmácia Básica, o Programa do Leite da Paraíba e o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). Além disso, os programas de Suplementação de Ferro e Vitamina A também já existiam no município, porém não possuíam gestor responsável identificável, o que inviabilizou a realização da entrevista. Outros programas não foram realizadas entrevistas devido a não identificação de um único responsável pelo programa – Brasil Carinhoso, Olhar Brasil e Mais Médicos - em decorrência de sua natureza intersetorial, mas foram citados no mapeamento e nas entrevistas com gestores de programas parceiros.

Assim, a Figura 1 apresenta o organograma do SISAN-Cuité em 2011 que era composto de 3 equipamentos, 14 programas e 2 ações. Do mesmo modo a Figura 2 apresenta o organograma correspondente a 2014 com um total de 28 programas, 8 equipamentos e 5 ações referentes à SAN no município.

No topo do organograma estão localizadas as esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal) expressas pelos retângulos com cor ao fundo quando gestoras de ações, sendo a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) a representação do Governo Federal. Em seguida aparecem os setores que administram os programas em nível local, os quais estão representados pelos retângulos sem cor ao fundo. Um pouco abaixo, os retângulos com bordas tracejadas correspondem aos equipamentos existentes em cada secretaria, a exemplo da Farmácia Básica. Os programas estão diretamente ligados aos setores por linha contínua e identificados por setas. A linha tracejada foi utilizada para informar responsabilidades entre os setores e programas, ou também compartilhamento de ações. Encerrando os componentes do organograma observam-se as ações, as quais estão diretamente ligadas ao respectivo programa de origem, como observado para o Programa Bolsa Família (PBF), com o Atelier Social, o Telecentro e o Jovens Músicos, e para o CRAS com a Ação Volante.

Assim sendo, registra-se no organograma a presença de programas e ações nos diferentes setores pesquisados (agricultura, educação, saúde e assistência social) nos dois recortes históricos. O organograma de 2014, por sua vez, apresenta a participação das 3 esferas

governamentais na gestão dos programas/ações que integram o SISAN-Cuité e também uma maior articulação entre os programas, à exemplo dos programas Olhar Brasil, NutriSUS, Brasil Carinhoso e Saúde na Escola.

Esta breve descrição do SISAN-Cuité a partir dos organogramas aponta que desde 2011, em termos da quantidade de equipamentos e programas, o município encontra-se apto para a realização de ações que promovam a SAN no âmbito local. Contudo, é necessária uma análise mais detalhada que verifique as condições favoráveis para a implementação formal de um SISAN como recomenda a LOSAN.

Portanto, no que se trata da *Formalização do SISAN*, a LOSAN define como partes integrantes do sistema municipal a Conferência municipal de SAN, o COMSEA e a CAISAN (BRASIL, 2011). Com base nisto, a verificação da existência de leis de criação destes espaços é de fundamental importância para analisar a potencialidade municipal para a efetivação do sistema.

Neste sentido, em 2011 o cenário vivenciado era de um SISAN-Cuité não implementado, pois, apesar da detecção da existência legal do COMSEA e da realização de duas conferências municipais, a atuação deste conselho se mostrava tímida e instável, bem como o município não havia realizado a adesão formal ao SISAN nem possuía legislação própria que regesse a política municipal de SAN – LOSAN Municipal.

Nesta conjuntura observou-se pouco avanço concreto quando comparada à situação atual, uma vez que o município permanece sem realizar a adesão formal ao SISAN, sem sancionar a LOSAN, bem como não realizou a Conferência Municipal + 2 que deveria ter ocorrido no ano de 2014 com o objetivo de apresentar as ações desenvolvidas em torno da SAN com base nas propostas aprovadas na conferência de 2011. Ressalta-se que as conferências não foram realizadas devido a desativação do COMSEA entre 2011 e 2014.

Contudo, de modo ainda abstrato, paulatinamente as discussões em torno da LOSAN Municipal e da adesão formal ao SISAN tem sido retomadas, sendo realizado o mapeamento dos programas de SAN e enviado ao MDS/SESAN e elaborado um projeto de LOSAN para envio à Câmara Municipal de Vereadores para aprovação. Tais iniciativas foram encabeçadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social a partir da inserção das estagiárias do curso de Nutrição na equipe de trabalho da secretaria, o que ressalta a parceria com a UFCG como um diferencial para a contribuição com o desenvolvimento de ações da gestão local, como será relatado no decorrer deste trabalho.

Figura 1. Organograma do Conjunto de Programas, Equipamentos e Ações relacionados à SAN no município de Cuité-PB, 2011.

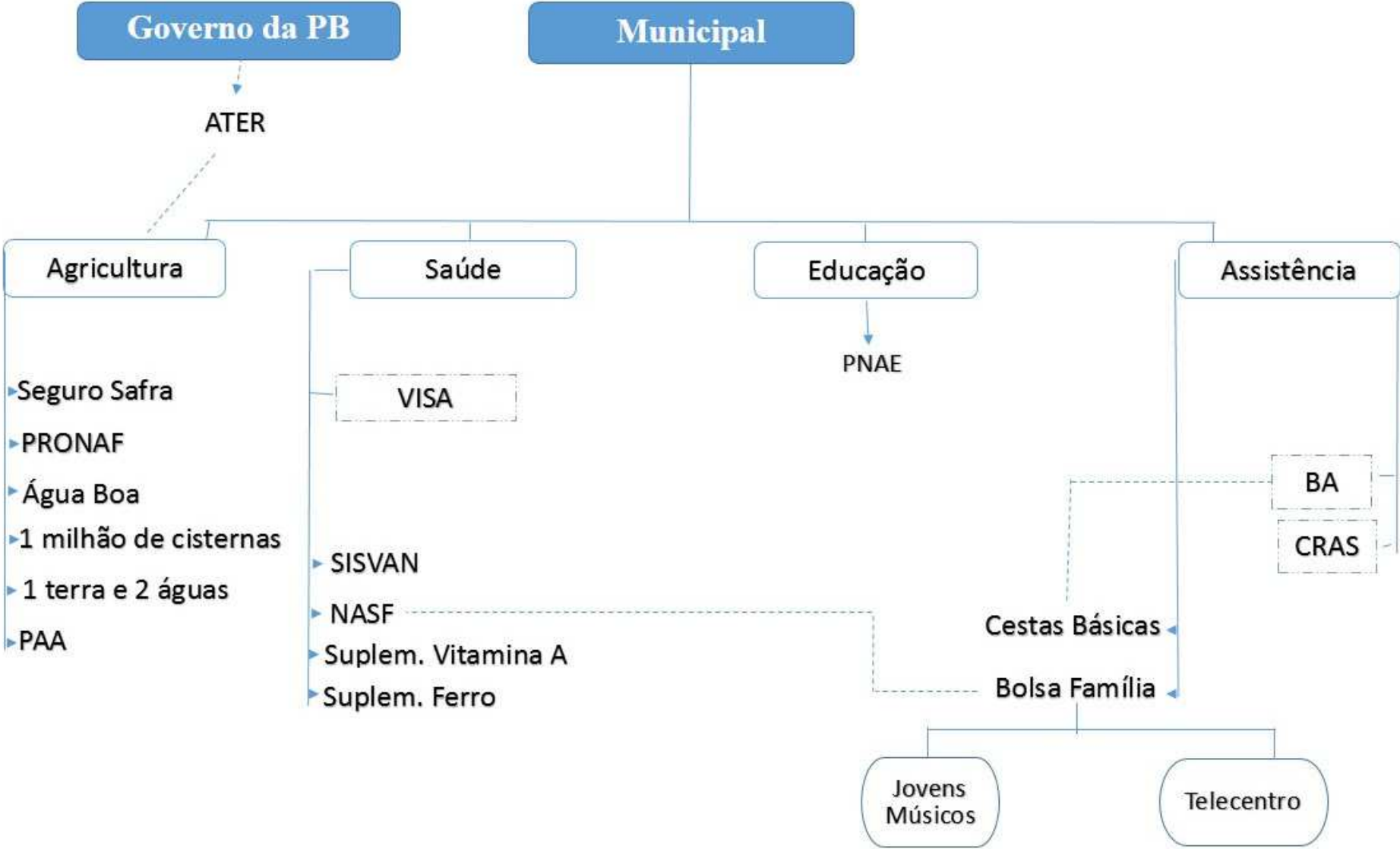
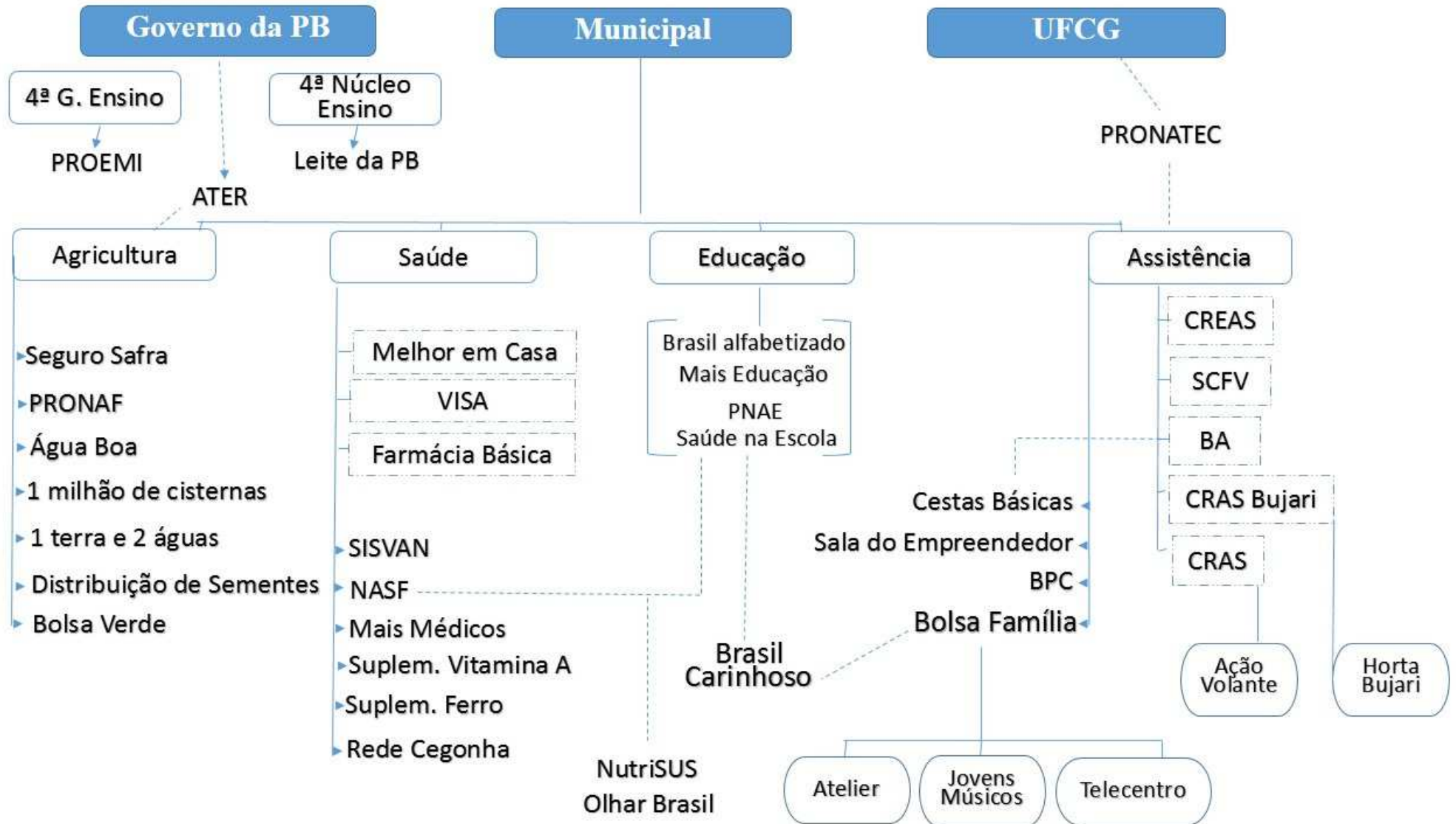


Figura 2. Organograma do Conjunto de Programas, Equipamentos e Ações relacionados à SAN no município de Cuité-PB, 2014.



No tocante ao COMSEA, em 2011 o alto número de membros foi registrado como dificuldade para o funcionamento do mesmo, visto que, segundo o conselheiro entrevistado, este quantitativo inviabilizava o alcance do quórum para realização das reuniões e, portanto, discutiu-se a possibilidade de elaboração de uma lei que alterasse o número de participantes. Com a desativação do COMSEA durante o intervalo 2011-2014, apenas em novembro de 2014 a partir da parceria com a UFCG, foi realizada uma reunião para elaboração da proposta de Lei 1.010/2014 que modificou de 19 para 12 integrantes, a qual foi sancionada no mesmo mês. Para os gestores, esta ação foi uma tentativa de facilitar a obtenção do quórum para as reuniões e viabilizar a reativação do conselho, entretanto, por outro lado, pode haver comprometimento da intersectorialidade das ações e do controle social tendo em vista a redução do número de atores sociais nas discussões no conselho.

Esse resgate do COMSEA é extremamente necessário, pois, além de ser pré-requisito para a implementação formal do SISAN traz a representação da sociedade civil que deve ser efetiva com direito à voz e voto. Além disso, os conselhos devem dispor de mecanismos de responsabilização dos gestores e demais atores sociais para o melhor planejamento, desenvolvimento e monitoramento das ações de SAN no município (MALUF; REIS, 2013).

Destaca-se ainda que, apesar do sucesso da parceria da gestão local com a UFCG na retomada das discussões sobre a SAN em função de possuir o olhar técnico importante para o processo de construção e avaliação da política local de SAN, a Universidade não foi contemplada com assento neste novo rol de membros do COMSEA.

O não alcance do quórum nas reuniões do COMSEA, de certa forma, reflete a desvalorização da política de SAN por parte dos atores municipais envolvidos, sejam estes da sociedade civil ou do governo. Esta situação pode ser atrelada ao pouco conhecimento acerca da SAN, DHAA e da necessidade de articulação das políticas em um sistema, limitação também encontrada por Burlandy e colaboradores (2014) em estudo realizado no estado do Rio de Janeiro, no qual vários atores demonstraram dificuldades para a compreensão do tema da SAN, sendo possível observar desconhecimento e afastamento do processo político nacional em construção.

O fato é que o exercício da política intersectorial de SAN exige a compreensão e a apropriação por parte de todos os atores envolvidos nesta, de modo que, em nível local, desde o profissional da ponta que atua diretamente com o público como também aqueles que gerenciam os programas e desempenham um papel mais administrativo, até os prefeitos e

vereadores necessitam conhecer e assumir uma postura coletiva para o desenvolvimento de ações intersetoriais com um objetivo maior comum, a promoção da SAN.

Neste sentido, um dos gestores entrevistado relatou esta dificuldade de compreensão da articulação política com outros setores, tanto em 2011 quanto em 2014. O gestor ao refletir sobre os avanços para o enfrentamento desta problematização, afirmou verificar progresso após a realização de esclarecimentos sobre o Bolsa Família e suas ações na programação mensal na rádio da cidade, tendo em vista que a informação passou a alcançar, além dos titulares do programa, outros públicos inclusive gestores. Esta colocação traz a necessidade de também investir em ações de educação da população e dos gestores para o recebimento do novo modelo de execução da política:

“Apesar do programa ter um pouco mais de 10 anos, ainda é muito novo. Então a gente tem que passar por aquela questão das pessoas se acostumarem com o programa, com as ideias do programa e isso demora um pouquinho de tempo. (...)Então até que ela (pessoas de outros setores) entenda que o cadastro é necessário para o funcionamento de sua secretaria pode demorar um pouquinho. Porque muitas pessoas ainda tem o entendimento que o cadastro é só para o Bolsa Família, mas não é. Ele trabalha com agricultura, com saúde, com educação, com infraestrutura (...) tanto a população quanto os gestores das secretarias, não só dos municípios, mas as estaduais também.” (Gestor 1, 2014).

Todavia, a apropriação sobre a temática da SAN requer a aquisição de um conhecimento mais aprofundado sobre a política de SAN e seus caminhos. Neste sentido, importa destacar também que nas entrevistas alguns dos informantes-chaves dos programas não souberam relaciona-los com a SAN, declarando respostas referentes apenas à segurança do alimento e/ou restritas a uma dimensão ou outra da SAN. Os trechos a seguir foram retirados das respostas de alguns gestores quando questionados sobre “como eles acreditam que o programa pelo qual é responsável pode contribuir para a promoção da SAN no município?”

“De Segurança alimentar... ah (risos)... talvez assim: primeiro, nós temos um curso diretamente ligado que o atendente de nutrição, mas os outros cursos, como eles tem noções tanto de biotecnologia que envolve essa parte de agroecologia ... os locais que eles visitaram,

foram ver uns cultivos... então acho que essa concepção está implícita neles, então acho que já saem com essa visão.” (Gestor 2, 2014).

“Contribui, contribui muito porque elas... a nutricionista, ela tem uma fala lá com eles, com os idosos e a gente sempre faz essa fala lá de melhorar a qualidade de vida através do alimento, consumir mais verduras, mais folhas né? E isso contribui.” (Gestor 3, 2014).

No primeiro trecho percebe-se que a gestão, dentre outros pontos de contribuição, não conseguiu associar a capacitação do curso técnico como fonte de geração de renda que possibilita a melhor qualidade de vida e maior acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. Do mesmo modo restrito, o segundo trecho associa a relação da iniciativa com a SAN, exclusivamente, devido à realização de palestras sobre alimentação saudável. Assim, os trechos citados demonstram um conhecimento isolado da SAN longe da característica abrangente e intersetorial desta, gerando dificuldades para as articulações políticas.

Nesta direção, em estudo realizado por Nascimento (2013) foi verificada clara demonstração de resistência cultural e política à adoção da política de SAN e do SISAN, o que está associado principalmente à falta de conhecimento da temática pelos atores envolvidos. Assim, o autor também defende que a presença de legislação da política de SAN em nível local é fundamental para ultrapassar as primeiras barreiras de implementação do SISAN, haja vista que a aplicação de leis assegura em termos legais e, de forma indireta, no campo prático a implementação intersetorial da política.

Apesar da observação de falta de conhecimento, também foram contempladas falas de alguns poucos gestores que possuem o conhecimento da política intersetorial. O trecho abaixo retirado da fala de um gestor mostra o entendimento deste sobre a necessidade das ações compartilhadas entre setores quem compõem o SISAN-Cuité:

“É importante que a articulação seja em duas vias, né? Que tanto a gente possa passear nos serviços, como também eles estejam enviando pra gente, não apenas enviando pessoas em situação de pobreza extrema, mas que essa parceria também fosse dupla, indo e vindo. Eu sinto falta disso!” (Gestor 4, 2014).

Contudo, em termos de conhecimento, é importante que a aquisição deste ocorra em todos os setores relacionados com a SAN – agricultura, educação, saúde e assistência. Caso este enriquecimento ocorra apenas em um ou dois setores, haverá uma maior tendência para o

desenvolvimento de ações setoriais que, assim, fazem o caminho inverso do proposto atualmente para a política de SAN. Este fato reafirma a necessidade de maior disseminação dos conceitos atrelados à SAN e de capacitação para os gestores e os conselheiros sobre a implementação deste novo modelo de organização da política, ou seja, o ajuste do conjunto das políticas de SAN no município em forma de sistema.

Outro fator importante a ser discutido para avaliação do SISAN-Cuité é a *Abrangência dos Equipamentos, Programas e Ações Relacionados à SAN*. Assim, a partir da distribuição dos programas/ações segundo as dimensões definidas para este estudo, em 2011, verificou-se a existência de 5 programas na dimensão de Produção de Alimentos (Uma Terra Duas Águas, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Garantia Safra, Assistência Técnica Rural - ATER e Programa de Aquisição de Alimentos “Compra Direta”); nenhum programa na dimensão de Disponibilidade de Alimentos; 2 programas (Programa Bolsa Família - PBF e Programa de erradicação do Trabalho Infantil – PETI), 1 equipamento (Centro de Referência da Assistência Social – CRAS) e 1 ação (Jovens Músicos) na dimensão da renda e condições de vida; 4 programas (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Distribuição de Cestas Básicas, Um milhão de Cisternas e Água Boa) e 1 equipamento (Banco de Alimentos) na dimensão de acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; 4 programas (Programa nacional de Suplementação de Vitamina A – Vitamina A, Programa de Suplementação de Ferro – Saúde de Ferro, Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN) e 1 equipamento (Vigilância Sanitária Municipal - VISA) na dimensão da Saúde, Nutrição e Acesso à Serviços relacionados; e 1 ação na dimensão da Educação (Telecentro).

O cenário encontrado em 2014 foi sintetizado em três quadros dispostos a seguir e construído a partir das entrevistas com gestores municipais. Conforme apresenta o quadro 1, registrou-se 5 programas ligados à dimensão da Produção de Alimentos, a ausência de programas na dimensão da Disponibilidade de Alimentos, 4 equipamentos e 3 programas na dimensão da Renda e Condições de Vida. Na dimensão do Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, inclusive Água, indicada no quadro 2, identificou-se 1 equipamento e 5 programas, enquanto para a dimensão Educação aponta 4 programas. O quadro 3 refere-se à dimensão da Saúde, Nutrição e Acesso à Serviços Relacionados que apresenta 3 equipamentos e 7 programas.

As 5 ações de iniciativa municipal estão, em sua maioria, encaixadas na dimensão de Renda e Condições de Vida – Jovens Músicos, Atelier Social e Ação Volante – e apenas uma

na dimensão Educação (Telecentro) e outra na dimensão Produção de Alimentos (Horta Comunitária Bujari). Estas ações não foram dispostas nos quadros por não haver entrevistas específicas sobre cada uma destas, uma vez que foram apenas citadas pelos gestores dos programas e equipamentos aos quais estão vinculadas – PBF e CRAS Bujari.

Ao comparar os dois cenários, 2011 e 2014, na dimensão da Produção de Alimentos foram registradas 5 iniciativas em 2011 e 6 no ano de 2014, representando um tímido crescimento em quantidade de programas. Contudo, destaca-se que em 2011 foi identificada a existência do “PAA-Compra Direta”, programa que foi extinto no intervalo 2011-2014. Importa ressaltar que ao final de 2014 foi o município e o governo federal pactuaram o PAA CONAB que ainda está em fase de implantação. O programa foi retomado a partir do engajamento da equipe do Banco de Alimentos em parceria com a UFCG e a Secretaria Municipal de Agricultura, segundo gestor local.

Ainda em 2014 identificou-se inserção dos programas de Distribuição de Sementes e o Bolsa Verde. Segundo o Relatório do Programa Brasil Sem Miséria (2014), foi identificada apenas uma família beneficiada do Bolsa Verde, apesar de nenhum dos gestores entrevistados para esta pesquisa relatar a existência do programa no município, mesmo quando questionados diretamente na coleta do mapeamento.

Além disso, ressalta-se a ausência de ações dentro da dimensão da Disponibilidade de Alimentos, nos dois recortes históricos, o que faz desta dimensão uma das principais fragilidades do SISAN-Cuité no tocante à abrangência das ações. Portanto, observou-se praticamente uma estagnação nas ações de produção de alimentos que, quando considerada a necessidade da manutenção do sistema agroalimentar local, pode ser relacionada diretamente com a ausência de iniciativas na dimensão da disponibilidade de alimentos verificada nos dois momentos da pesquisa, visto que, incentivar a produção sem que o agricultor familiar dependente da renda da agricultura tenha perspectiva de escoamento da produção para espaços públicos adequados, torna-se uma ação superficial com baixo impacto para a manutenção do sistema agroalimentar.

Acerca destes espaços públicos adequados para escoamento da produção, importa destacar que em 2011 foi registrada a não identificação do produtor local em espaços de feiras livre, reforçando a desvalorização do produto regional. Neste sentido, a discussão sobre a importância da feira agroecológica é realizada desde 2011 em outros espaços de debate do município, inclusive na II Conferência Municipal de SAN. Contudo, a feira ainda é uma meta não alcançada de fato, pois, apesar dos gestores afirmarem a aprovação do projeto “Feiras

Populares” e a liberação da verba, passado o intervalo 2011-2014, os materiais para a estruturação desta feira ainda não foram comprados como relata a seguinte fala do gestor:

“Agora a gente vai tá implantando esta feira, eles vão receber barraca, balança... um kit completo. E a gente vai começar a fazer, né, feirinha, o estatuto, o regimento pra funcionar. (...) o recurso é através do território... é um projeto de 2011, só pra comprar essas barracas e não tem feito isso. E os agricultores até, muitas vezes, ficam ali vendendo na chuva... mas tá tocando, né? Inclusive tem cliente!” (Gestor 5, 2014).

Quadro 1: Matriz de equipamentos, programas e ações relacionados com a política de Segurança Alimentar e Nutricional, segundo dimensões da Produção de Alimentos e Renda e Condições de Vida, município de Cuité, 2014

	PROGRAMA	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
Produção de Alimentos	Programa Uma Terra Duas Águas	Garantir o acesso a água para plantio, tornando a produção mais frequente	Agricultores Familiares da Zona Rural com comprovada escassez de água, que já possuam cisterna com água para beber
	Assistência Técnica Rural	Fornecer assistência técnica rural para pequenos produtores agrícolas	Pequenos agricultores participantes de programas federais de incentivo à agricultura familiar
	Programa de Distribuição de Sementes	Distribuir sementes de boa qualidade (híbridas) para o plantio	Produtores inscritos no programa Garantia Safra
	Programa Garantia Safra	Garantir renda para pequenos agricultores que perderam sua produção por falta ou excesso de chuva.	Agricultores familiares com comprovada perda de produção
	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Incentivar a agricultura familiar por meio de créditos ao agricultor	Pequenos agricultores divididos em 3 grupos: Assentados, Renda per capita até 10.000 reais e Renda per capita acima de 10.000 reais
Renda e Condições de Vida	Benefício de Prestação Continuada	Melhorar a qualidade de vida dos beneficiários	Idosos ou criança dependentes com problemas físicos ou mentais
	Centro de Referência da Assistência Social	Atender às famílias e trazer proteção das situações de riscos e vulnerabilidade	População Cuiteense
	Centro de Referência da Assistência Social- Bujari	Assegurar o acesso aos direitos sociais e às políticas públicas às famílias	Famílias residentes no Sítio Bujari e região
	Sala do Empreendedor	Promover o desenvolvimento local com atenção ao microempreendedor e a comunidade em geral	População do município
	Serviço de Convivência de e Fortalecimento de Vínculo	Promover a qualidade de vida das famílias atendidas pelo serviço	Crianças de 4 a 14 anos e adolescentes de 15 a 18 anos e 11 meses em vulnerabilidade, e idosos.
	Programa Bolsa Família	Oferecer alívio imediato da pobreza a partir da transferência direta de renda	Famílias em situação de pobreza e/pou extrema pobreza.
	Centro de Referência Especializado da Assistência social	Atender e acompanhar pessoas e/ou famílias com direitos violados	Municípios em situação de violação de direitos

Fonte: entrevista com gestores municipais

Esta articulação entre os setores para fortalecimento do sistema agroalimentar local é discutida por Schneider, Triches e Gerhardt (2014) no estudo realizado em um município do Rio Grande do Sul, o qual mostra que a produção local não tinha acesso à mesa dos munícipes, tendo em vista que o processo entre a saída do alimento dos produtores até a chegada aos consumidores era problemático e distante. Para tanto, como estratégia de superação segundo os autores, as grandes cadeias tradicionais de abastecimento alimentar poderiam ser substituídas por cadeias locais que, além de potencialmente melhorarem o aspecto da qualidade do alimento fornecido, também poderiam providenciar a inserção de agricultores familiares locais e promover o desenvolvimento.

Neste sentido, em entrevista realizada em 2014, um gestor do município de Cuité relatou a importância da compra de alimentos a partir da agricultura familiar e, ainda, as particularidades locais que dificultam este processo:

“Além da gente conseguir é... os produtos mais frescos porque tá sendo daqui. A gente recebe na segunda feira pela manhã, se viesse de fora estes produtos não estariam sendo colhidos na segunda feira, e sendo daqui a gente sabe que são frescos, entende? Mas aqui tem a grande questão da seca, hoje, que aí a gente não tem grande disponibilidade e variedade do produto, é isso, entendeu? Porque aí fica bem restrito à questão da qualidade e da variedade dos produtos, por causa da questão da seca. Mas em termos de contribuir, contribui demais por causa da qualidade. (Gestor 7, 2014).

Assim, a valorização da cultura local torna-se um critério importante, além dos aspectos nutricionais e sanitários na hora de elaborar o cardápio. Desse modo, a relação intersetorial de programas com este incentivo à agricultura, a exemplo do PNAE, viabilizam a valorização dos produtos locais quando uma instituição como a escola inicia a aquisição de produtos da comunidade e a população toma conhecimento, ocorre uma reavaliação do valor daqueles produtos até então subestimados (SCHNEIDER; TRICHES; GERHARDT, 2014).

Desta forma, as ações de produção e disponibilidade de alimentos devem evoluir paralelamente e aliada à programas das demais dimensões para promover o desenvolvimento local a partir da oferta de condições de geração de renda da população vulnerável absorver esta produção, evitando que este necessite de outros meios de sustento e, possivelmente, aumente o êxodo rural. Destaca-se que apenas com uma forte articulação entre os programas é possível vencer as dificuldades para o abastecimento do sistema agroalimentar, haja vista que a atuação

em forma de rede, onde uma só família é cercada por vários programas, é que possibilita amenizar as consequências econômicas e sociais que a seca pode causar, principalmente no semiárido nordestino, no qual está localizada a cidade de Cuité.

No tocante à dimensão da Renda e Condições de vida foi registrado um total de 3 iniciativas em 2011 e 10 em 2014, caracterizando um aumento de 7 iniciativas, o que está diretamente relacionado com os investimentos no eixo da geração de renda no Plano Brasil Sem Miséria. Sobre as mudanças ocorridas nesta dimensão no município estudado, ressalta-se que o PETI registrado pela pesquisa em 2011 não foi extinto enquanto programa, mas reordenado segundo a orientação para a Política Nacional de Assistência Social, sendo seu público alvo direcionado para o Serviço de Fortalecimento de Convivência e Vínculos Familiares, identificado no município em 2014.

Outras mudanças ocorridas nesta dimensão quando comparados os recortes 2011 e 2014 foram: a expansão do CRAS para a Zona Rural que, além do desenvolvimento de atividades em diversas localidades rurais através da Ação Volante, efetivou como mais um equipamento o CRAS-Bujari, cujo objetivo foi assegurar o acesso aos direitos sociais e às políticas públicas às famílias da região do Bujari e outras circunvizinhas. Como também a inserção do CREAS, que atua no atendimento e acompanhamento de pessoas e/ou famílias com direitos violados, e da Sala do Empreendedor em parceria com o SEBRAE. Além disso, o fortalecimento dos programas do BPC e PBF a partir do Brasil Sem Miséria, inclusive com a adoção do Brasil Carinhoso que, em uma de suas atuações, oferece o aumento renda transferida através do PBF para que os titulares alcancem uma renda mínima per capita de R\$ 70,00.

No que se refere à avaliação do gestor sobre a expansão do CRAS, com a efetivação do CRAS-Bujari, a fala abaixo relata bem a importância, segundo o gestor:

“Considero importantíssimo naquela comunidade, uma vez que a gente escuta relatos da própria comunidade de que quando o CRAS chegou ali a vida deles também mudou... e mudou pra melhor.” (Gestor 8, 2014).

É válido ressaltar que o CRAS-Bujari tem uma ação de iniciativa própria, a Horta Comunitária do Sítio Bujari, na qual as famílias trabalham no plantio de hortaliças para o autoconsumo e para comercialização na feira livre, recebendo apoio técnico e, quando necessário, material da prefeitura municipal e parceiros como o SEBRAE e o Instituto Federal (IFPB).

Em sequência, o quadro 2 apresenta a matriz dos programas referentes às dimensões do Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, inclusive Água e da Educação. No que se trata de Acesso à Alimentação Adequada e à Água observou-se que em 2011 existiam 5 iniciativas, enquanto em 2014 identificou-se 6 programas, devido a inserção do programa Leite da Paraíba. O referido programa realiza distribuição direta de alimentos como leite e fubá de milho para famílias em vulnerabilidade social que tenham crianças menores que 7 anos e/ou gestantes, com prioridades para os titulares do PBF. Porém, no contexto da SAN, é importante refletir sobre outras possibilidades deste programa, como por exemplo a atuação do mesmo para o incentivo à agricultura familiar e ao desenvolvimento local a partir da aquisição dos leites produzidos na região, objetivo não alcançado na fala do gestor, cuja importância foi discutida anteriormente na dimensão da Produção de Alimentos.

Outro fato relevante sobre as mudanças entre 2011 e 2014 nesta dimensão é que, apesar da identificação do Banco de Alimentos nos dois recortes históricos, o equipamento passou por um período de desativação que durou até início do ano de 2014. Segundo a gestora entrevistada em 2014, no ano de 2011 as pactuações com parceiros e a estruturação do Conselho Gestor do Banco de Alimentos estavam em fase de fortalecimento, contudo, não foram efetivadas de fato a ponto de permitir a implantação do equipamento de forma concreta.

A reativação do Banco de Alimentos, em 2014 com destaque para a parceria com a UFCG, desencadeou a união deste equipamento com o programa de Distribuição de Cestas Básicas, tendo em vista o compartilhamento do público e do objetivo de atender emergências eventuais de fome dos municípios. De modo que as famílias que antes recebiam repasse financeiro da prefeitura para compra de gêneros alimentícios, foram encaminhadas para o Banco de Alimentos onde recebem o gênero propriamente dito. Contudo, algumas questões devem ser refletidas sobre esta mudança, como por exemplo, se o encaminhamento destas famílias para o Banco de Alimentos reduzirá a quantidade de famílias atendidas devido a instabilidade das doações recebidas pelo mesmo.

A expressão “temos que selecionar dos pobres os mais pobres” utilizada pelo gestor em entrevista, reforça esta limitação na capacidade de atendimento do Banco de Alimentos. Além disso, importa destacar que à medida que o governo redireciona as famílias do programa Distribuição de Cestas Básicas para o Banco de Alimentos, também se “ausenta” da responsabilidade financeira de prover o alimento à estas famílias, deixando a depender das doações recebidas pelo Banco.

Sabe-se que o incentivo à mobilização social para doações foi uma estratégia adotada pelo Fome Zero através do mutirão da fome onde a comunidade era convidada e motivada a realizar doações em alimentos e em dinheiro para sanar a fome de famílias em situação de extrema pobreza (SUPLICY, 2003). Contudo, ao assumir o direito à alimentação como um direito humano e, portanto, dever do Estado, deve-se refletir na necessidade de agregar iniciativas tanto governamentais quanto da sociedade civil organizada.

Ainda na dimensão de Acesso à Alimentação Adequada e Saudável e à Água, merecem destaques os programas Água Boa e Um Milhão de Cisternas registrados nas duas etapas da pesquisa, que tem sido fundamentais para o acesso à água na situação emergente de seca vivida pelo município. Sobre o Um Milhão de Cisternas, ressalta-se que na entrevista de 2014 o gestor relatou que a nova proposta do programa visa a universalização do mesmo, para que todas as famílias da zona rural possuam cisternas, e o monitoramento realizado através do Cadastro Único junto ao PBF.

O último programa que integra a dimensão do acesso no SISAN-Cuité é o PNAE, que tem por objetivo ofertar alimentação na escola como forma de melhorar a aprendizagem e garantir a assiduidade do alunado. O acesso aos alimentos através da alimentação escolar é de suma importância, haja vista a segurança que o aluno tem em realizar refeições dentro da escola, principalmente os alunos participantes do Mais Educação que oferta ensino integral. Além disso, pode ser utilizado como estratégia para realização de práticas de educação alimentar e nutricional como incentivo à Alimentação Adequada e Saudável. O trecho abaixo revela a relevância da oferta deste alimento:

“Eu considero a questão do almoço. Por exemplo, as crianças da escola não tinham o hábito de comer verduras, hoje comem, já adquiriram o hábito.” (Gestor 9, 2014).

Peixinho e colaboradores (2011) apontou entre os avanços na trajetória do PNAE os esforços de estreitar os laços entre os estudantes, as escolas e a agricultura local, a fim de melhorar a qualidade das refeições e a educação sobre produção de alimento e o meio ambiente.

Sobre a dimensão da Educação, ressalta-se o aumento significativo nas ações quando comparados os anos de 2011 e 2014. Apenas uma ação foi registrada no ano de 2011 (Telecentro), enquanto em 2014 foram apresentados outros 4 programas (Mais Educação, PRONATEC, Brasil Alfabetizado e PROEMI) e mantida a ação do Telecentro.

Quadro 2: Matriz de equipamentos, programas e ações relacionados com a política de Segurança alimentar e Nutricional, segundo dimensões do Acesso à Alimentação Adequada e Saudável e Educação, município de Cuité, 2014

	PROGRAMA	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
Acesso à Alimentação Adequada e Saudável, Inclusive Água	Distribuição de Cestas Básicas	Atender eventuais emergências de fome na população	Famílias em situação de emergência comprovada
	Banco de Alimentos	Atender eventuais emergências de fome na população	Famílias vulneráveis em situação de emergência, cadastradas no Banco de Alimentos
	Leite da Paraíba	Combater a desnutrição infantil	Famílias de baixa renda que possuam crianças menores que 7 anos de idade e/ou gestantes
	Programa Nacional de Alimentação Escolar	Garantir a assiduidade e melhorar a aprendizagem dos alunos, por meio da oferta de alimentos na escola	Alunos devidamente matriculados na rede municipal
	Programa Um Milhão de Cisternas	Garantir água de qualidade para consumo	Famílias da zona rural em localidades de comprovada escassez de água
	Água Boa	Fornecer água dessalinizada e tratada	Famílias da Zona Urbana e parte de uma localidade rural (Distrito do Melo)
Educação	PRONATEC (UFCG)	Promover a inserção de cidadãos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho por meio de capacitação profissional	Titulares do PBF ou estudantes do ensino médio acima de 16 anos de idade.
	Brasil Alfabetizado	Diminuir e/ou erradicar o analfabetismo	Jovens e Adultos analfabetos acima da faixa etária do ensino regular
	Mais Educação	Criar oportunidades, ampliando os espaços da escola de forma integrada	Alunos filhos de famílias titulares do PBF e/ou com problemas comportamentais
	PROEMI	Promover a autonomia das escolas para inovação do currículo escolar	Estudantes de ensino médio da rede estadual

Fonte: Entrevista com gestores municipais

Este avanço está associado também com as ações do Plano Brasil Sem Miséria, com o investimento no acesso aos serviços de educação, tanto para o público de ensino regular quanto para jovens e adultos, a partir do fortalecimento dos programas Brasil Alfabetizado, PROEMI e Mais Educação, os quais trazem à população subsídios e expectativa de melhores condições de vida a partir da educação, que possibilita à longo prazo, porém de forma mais consistente, a quebra do ciclo da pobreza principalmente quando se associa a escolaridade como um condicionante desta.

O Brasil Sem Miséria, através do investimento na Inclusão Produtiva, inseriu o PRONATEC para a capacitação de recursos humanos para o mercado de trabalho com o objetivo de inserir no mercado de trabalho e gerar renda para famílias titulares do Bolsa Família e Jovens que estão prestes a concluir o ensino médio. A experiência do programa no município de Cuité, segundo a gestora, tem sido exitosa com alta demanda carente de capacitação.

“Temos atualmente 10 cursos. Então, dentro da UFCG é o local onde tem mais cursos, nem a própria sede tem este quantitativo. Porque a demanda foi muito grande... e se tivesse mais a gente ainda teria mais gente.” (Gestor 9, 2014).

É importante lembrar que quando foi implementado o Fome Zero objetivou-se, entre outras questões, aumentar o poder aquisitivo a partir da melhor inserção econômica ou da proteção social. Este novo momento com o Brasil Sem Miséria não busca contrapor a proteção social à atividade laboral, mas propõe uma abordagem de inclusão dos extremamente pobres, mediante a formação de recursos humanos que possibilite uma melhor postura no mercado de trabalho (PAES-SOUSA, 2013)

O quadro 3 exibe a matriz referente aos programas relacionados à dimensão da Saúde, Nutrição e Serviços Relacionados, cujo aumento em quantidade de programas também foi significativo com avanço de 5 iniciativas (Vitamina A, Saúde de Ferro, NASF, SISVAN e VISA) para 12, com a manutenção dos 5 já existentes e a inserção do Melhor em Casa, Farmácia Básica, Rede Cegonha, NutriSUS, PSE, Mais Médicos e Olhar Brasil, ligados tanto ao tratamento quanto à prevenção de doenças e promoção da saúde. Destaca-se que o programa Olhar Brasil e o Mais Médicos não tiveram entrevistas realizadas por não haver um gestor específico, todavia, foram citados em entrevistas com gestores de programas interligados.

O aumento destas iniciativas integra a estratégia do governo federal para a implementação de uma rede de atendimentos que preste atenção à saúde de forma integral a família, em especial o público infantil e as gestantes. Neste caso, é necessário pensar na articulação destes programas de saúde com os demais programas e setores, como no caso do PSE que atua promovendo ações de atenção à saúde na escola, de forma compartilhada com o PNAE que assegura o acesso à alimentação, com o NutriSUS que visa a suplementação para superação de carências nutricionais e o Olhar Brasil que age na identificação e correção de problemas oftalmológicos da criança da rede escolar com o objetivo de diminuir a evasão escolar e melhorar a qualidade de vida do público atendido.

Observa-se que estas ações estão relacionadas com o programa Brasil Carinhoso que promoveu a expansão dos programas de suplementação de vitamina A e de ferro, com foco na melhora do desenvolvimento infantil e diminuição dos riscos de morbidade e mortalidade infantil (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014).

Quadro 3: Matriz de equipamentos, programas e ações relacionados com a política de Segurança alimentar e Nutricional, na dimensão Saúde, Nutrição e Acesso aos Serviços Relacionados, município de Cuité, 2014

	PROGRAMA	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO
Saúde, Nutrição e Acesso aos Serviços relacionados	Programa Melhor em Casa	Fornecer cuidado continuado à pacientes acamados que necessitam de acompanhamento diário	Pacientes acamados atendidos e indicados pelos profissionais da Atenção Primária à Saúde.
	Sistema de vigilância alimentar e nutricional	Disponibilizar um diagnóstico nutricional da população do município	Toda a população cuitense, com priorização para as famílias titulares do PBF.
	Programa Farmácia Básica	Fornecer gratuitamente os medicamentos mais solicitados pela população	População atendida nos serviços públicos de saúde
	Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF	Apoiar as equipes de saúde da família	Usuários dos serviços das Unidades de Saúde da Família
	Rede Cegonha	Melhorar o pré-natal para reduzir a mortalidade infantil	Todas as gestantes do município acompanhadas pelos serviços de saúde
	NutriSUS	Visa o combate de anemias e carências nutricionais	Crianças de creche até 3 anos e 11 meses de idade
	Programa de Suplementação de Ferro	Combater a anemia ferropriva	Gestantes e crianças até 5 anos de idade
	Suplementação de Vitamina A	Combater a anemia por falta de vit. A e os efeitos desta deficiência na infância	Crianças entre 6 meses e anos
	Vigilância Sanitária Municipal	Promover a saúde da população a partir da prevenção	Toda a população cuitense
	Programa Saúde na Escola	Oferecer atenção à saúde dos alunos por meio de ações na escola	Alunos matriculados nas escolas municipais e/ou estaduais

Fonte: Entrevista com gestores municipais

Neste sentido, Rasella e colaboradores (2013) fazem esta associação dos serviços de saúde com outros programas, especificamente, com o PBF. De modo que afirmam a relação direta do PBF com a redução da desnutrição e da mortalidade infantil, tendo em vista sua atuação sobre os determinantes sociais da saúde e por estimular à saúde por meio das condicionalidades que oportunizam os cuidados com saúde no pré-natal, puerpério, a educação nutricional para as mães, as vacinações e o monitoramento do crescimento das crianças. Esta afirmação dos autores fica clara quando realizada associação entre as ações da RedeNutri, do NutriSUS e do SISVAN, por exemplo.

Ainda sobre as mudanças na dimensão da *Saúde, Nutrição e Acesso à Serviços relacionados*, especialmente sobre o monitoramento destaca-se as transformações relatadas sobre o SISVAN que este deixou de existir a partir da adoção do E-SUS (estratégia para o processo de informatização qualificada do SUS), estando disponível apenas para emissão de relatórios e para a alimentação dos dados correspondentes às condicionalidades do PBF,

segundo o informante-chave. É válido ressaltar que esta adaptação do município ao E-SUS, semelhante aos outros programas governamentais, tem um prazo estabelecido como afirma o gestor: “*Agora eles botaram um prazo e tem que todo mundo entrar na dança*” (Gestor 10, 2014).

No tocante à relação do SISVAN com o E-SUS AB, o Ministério da Saúde emitiu uma nota técnica na qual garante que todas as estratégias para a vigilância alimentar e nutricional sejam observadas nos relatórios do SISVAN Web independente do sistema pelo qual os dados antropométricos e de consumo alimentar sejam inseridos, seja pelo SISVAN Web, E-SUS AB ou outro sistema disponível (BRASIL, 2013).

Estas questões em torno da implantação de novos programas do governo federal no âmbito municipal, conduz à discussão da *Descentralização das Ações*. Sobre esta, observou-se que em 2011 a maioria dos programas de origem federal, com a identificação de 20 programas e 7 equipamentos de iniciativa federal, 5 iniciativas do governo local, sendo 2 programas (Programas Água Boa e Distribuição de Cestas Básicas), 1 equipamento (Banco de Alimentos) e 2 ações (Jovens Músicos e Telecentro), enquanto o governo estadual não disponibilizou nenhuma iniciativa, neste primeiro momento.

Após o intervalo 2011-2014 verificou-se a proposição de mais um equipamento (CRAS-Bujari) e três ações (Atelier Social, Horta Comunitária e Ação Volante do CRAS) de iniciativa local. O equipamento do CRAS Bujari, apesar de ser federalizado atualmente, teve início com gestão e recurso exclusivamente municipal até que se estruturasse e estivesse apto para federalização. Seguindo a ideia de expansão dos serviços da Assistência Social ao público rural, inseriu-se também a Ação Volante do CRAS

A outra ação desenvolvida é o Atelier Social, no qual mulheres titulares do Bolsa Família foram capacitadas pelo CRAS e organizadas em equipe para geração de renda a partir de trabalhos manuais de corte e costura. Destaca-se que esta ação juntamente com a dos Jovens Músicos e do Telecentro foram criadas a partir do Programa Bolsa Família com o investimento do recurso do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), cuja iniciativa é inovadora e importante para a melhoria das condições de vida da população atendida.

Neste sentido, percebe-se a evolução na atuação do governo local frente às políticas de SAN com a inserção de duas novas iniciativas, um equipamento e a adesão a novos programas federais no intervalo 2011-2014. Entretanto, destaca-se que a capacidade propositiva do município permanece desde 2011 restrita às ações da secretaria de Assistência Social, apesar de que as ações de iniciativa própria podem e devem ser presentes nos diversos setores. E

usufruir da existência de programas federais para ramificar ações permanentes. Portanto, verificou-se que de modo geral o avanço é mais significativo nas ações de iniciativa federal com execução municipal, o que corrobora com o observado pelo Instituto Pólis (2008) em regiões metropolitanas, cujo papel indutor do governo federal foi verificado nas capitais pesquisadas do Norte e Nordeste.

A baixa efetividade do papel propositor da gestão local e estadual para a política de SAN entre 2011 e 2014, pode estar relacionada com a fragilidade no processo de implementação desta política nos níveis estadual e municipal, devido a decisão descentralizada e da natureza aberta da SAN. Maluf, Kepple e Burlandy (2012) afirmam ainda os desafios devido a não definição das obrigações entre as esferas, apesar do instrumento utilizado ser a gestão conjunta para a maioria dos programas federais operados pelos gestores municipais. Além disso, este papel indutor do governo federal, em caso de centralização, pode acarretar desdobramentos preocupantes nas esferas estadual e municipal sem respeitar as singularidades dos diferentes território e níveis de gestão (RIGON, 2012).

Assim, é relevante analisar a *Descentralização das Ações* como um princípio fundamental do SISAN. Allebrandt (2009) defende que no aumento da eficácia das ações quando assumidas pelo governo local, uma vez que o município é a esfera mais habilitada para o enfrentamento dos problemas junto à sociedade que, por estar mais próxima do governo municipal, pode participar das definições de soluções, do acompanhamento e do controle e execução das ações.

Contudo, neste aspecto, é importante que junto com a proposta e a obrigação das ações oriundas do governo federal, estejam atrelados os treinamentos e as capacitações a fim de preparar o município para o desenvolvimento adequado e contínuo destas. Sobre esta questão da capacitação dos profissionais, alguns gestores entrevistados relataram nitidamente a dificuldade de adequação às determinações federais:

“E também tem a questão da capacitação que nós não temos, é muito pouca a capacitação e o treinamento para nossos técnicos. (...) Passamos 4 anos sem ter, então as modificações do programa vem, acontecem e nós temos que aprender errando, infelizmente, aprender errando.” (Gestor 1, 2014).

“As informações que a gente teve até agora foram via internet e agora que eles lançaram um curso online. (...) a gente tinha que aderir (junto

com a renovação do PSE) e, assim, sem muito conhecimento também.”
(Gestor 10, 2014).

A partir destes trechos percebe-se que, muitas vezes, a capacitação fica a depender da própria iniciativa do gestor municipal. Todavia, como capacitar os profissionais que o gestor administra sem que o mesmo tenha sido capacitado anteriormente? Como desenvolver ações sem que compreendam o que é o programa, qual sua natureza e como articulá-lo no SISAN?

No que se trata da *Natureza dos Programas e Ações*, observou-se no SISAN-Cuité a existência de programas tanto de natureza emergencial quanto estruturante, formando um quadro favorável para o enfrentamento da pobreza. Os programas emergenciais atuam com ações imediatas para as situações mais graves de Insegurança Alimentar e Nutricional (ISAN) - atendimento às comunidades com risco nutricional e doação de alimentos para indivíduos e grupos sociais vulneráveis, por exemplo - enquanto os estruturantes atuam sobre as projeções futuras do mesmo problema, rompendo a propagação cíclica e recorrente da pobreza e de fome (MAGALHÃES; BURLANDY; FROZI, 2013).

Em 2011 foram identificados 3 programas (Distribuição de Cestas Básicas, o Seguro Safra e o Água Boa) e 1 equipamento (Banco de Alimentos) com benefícios de caráter emergencial que integram o SISAN-Cuité. Em 2014, foram mantidas as iniciativas já existentes e acrescido o programa Leite da Paraíba.

Uma das interações necessárias de forma mais sólida entre os programas emergentes e os estruturantes no âmbito do SISAN-Cuité dá-se entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Leite da Paraíba, haja vista o compartilhamento do público alvo. Especificamente sobre o programa do Leite que é gerido no município por um órgão estadual, o gestor do programa Leite na Paraíba julgou importante para que se “aproveitasse muito mais”.

Neste caso, observa-se como uma das formas possíveis de interação entre os programas enxergadas pelos pesquisadores deste estudo, a efetivação de parceria para que as mães que recebem estão inseridas no Bolsa Família e recebem o leite e o cuscuz, sejam direcionadas para os programas de capacitação como o PRONATEC, com o objetivo de emancipar-se e conquistar autonomia financeira e alimentar.

Nesta direção, Magalhães, Burlandy e Frozi (2013) afirmam que a eficiência prática da política é favorecida quando há combinação das estratégias adotadas, de modo que as ações emergenciais atuem como forma de acesso imediato aos alimentos, enquanto as estruturantes proporcionem a construção de alternativas para a autonomia alimentar dos grupos atendidos.

Contudo, no município de Cuité, esta articulação foi pouco identificada a partir das entrevistas, uma vez que os programas atuam individualmente.

Todavia, é impossível discutir a articulação dos programas e setores sem refletir no princípio da *Intersetorialidade* que, segundo Maluf e Reis (2013) busca espaços e mecanismos institucionais de aproximação entre setores, incorporação das diferentes dimensões e abrangência da SAN, além de mecanismos de distribuição dos recursos entre os setores, sendo um princípio fundamental para o desenvolvimento da política da SAN em forma de Sistema.

Em 2011, no tocante à esta dimensão, observou-se no SISAN-Cuité a realização de planejamento setoriais que, por vezes, inviabilizam ao exercício da intersectorialidade devido a centralização de ações na pessoa do secretário. No ano de 2014, apesar do fortalecimento da política intersectorial no nível federal, o município pouco avançou na questão do compartilhamento de ações, cujas parcerias limitam-se aos programas que os ministérios determinam gestão compartilhada.

Uma demonstração clara de que a intersectorialidade ainda é um desafio em nível local é o fato da centralização do acompanhamento das condicionalidades do PBF, onde o acompanhamento do estado nutricional e das vacinas da criança não são realizados no âmbito dos serviços de saúde, mas sim na própria secretaria de Assistência Social, que foi relatado pelo gestor em 2011 e permanece em 2014 como forma de alcançar as metas estabelecidas pelo programa. Esta forma de reflete a dificuldade de articulação entre os setores, inclusive na execução de programas de natureza completamente intersectorial, como o Bolsa Família.

Kepple, Siliprandi e Meira (2014) também encontraram esta realidade na pesquisa realizada em um município de médio porte no Estado de São Paulo, e durante suas entrevistas gestores relataram que as disputas pessoais neutralizam certas ações compartilhadas e, ainda, que o governo municipal acaba por ser composto de algumas “prefeiturinhas”, onde cada secretaria atua individualmente. Assim sendo, diante destes relatos, as autoras afirmaram que é mais fácil que o prefeito exija de um único diretor setorial a realização de ações do que de um grupo de gestores na implementação de uma política intersectorial e, conseqüentemente, os gestores passam a buscar o reconhecimento pessoal.

Outra declaração de gestor marcada pela prática setorial da política, é quando o gestor entrevistado afirma considerar importante o diálogo com outros setores, porém, quando questionado sobre as dificuldades para a realização deste diálogo, o discurso é de que os outros setores não tem interesse de conhecer as ações realizadas pelo programa que o mesmo é responsável, quando, na verdade, a busca por parcerias deve ser realizada de forma mútua, onde

cada gestor seja proativo não só no desenvolvimento de ações, mas também na captação de parcerias.

“O maior problema é a falta de interesse... eu considero a farmácia um dos setores mais importantes da prefeitura, mas o que falta muito interesse dos outros setores em saber como ela funciona (...) acho importante porque se todo mundo souber como trabalha a farmácia, ajuda bastante no funcionamento dela” (Gestor 11, 2014).

Portanto, faz-se necessário com compartilhamento de informações e discussão entre os setores sobre a articulação do SISAN-Cuité por entender que o desenvolvimento de ações intersetoriais ainda é um dos maiores desafios a serem enfrentados, pois, embora reconhecida a existência de políticas setoriais por exemplo na agricultura, abastecimento, educação, saúde, saneamento, assistência e desenvolvimento social, entre outras, suas ações poucas vezes são articuladas e, deste modo, nem sempre incorporam o conceito de SAN (KEPPLE; SILIPRANDI; MEIRA, 2014).

Assim sendo, além destas dificuldades entre setores da mesma gestão, o SISAN-Cuité também enfrenta entraves para a articulação com a esfera estadual. O quando consideramos que o gestor do programa Leite da Paraíba reconhece a importância da parceria com outros programas e mais sólida com o PBF, remetemos aos questionamentos sobre quais os entraves para a efetivação deste diálogo entre os programas e, ainda, entre as esferas governamentais. Segundo o gestor, as influências políticas definem muitas questões sobre as parcerias:

“A falta de diálogo é por questões políticas, somente. (...) Por questões políticas, porque a gestora (Prefeito) é contra o governo. É por isso que hoje é aqui dentro da repartição estadual. Porque quando era em 2009/2010, como o governo e o município eram todos de um só partido, a secretaria do município (Assistência Social) tomou conta do leite.” (Gestor 12, 2014).

Todavia, apesar desta proposta e da existência dos programas compondo o SISAN-Cuité, percebe-se uma dificuldade desta articulação no município, principalmente da articulação entre os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros sistemas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), haja vista o aumento dos incentivos para os setores da saúde, educação e assistência social de forma paralela, com o objetivo na proteção à família. A fala abaixo realizada por um gestor entrevistado em 2014 retrata a distância entre a proposta do governo e a efetivação desta:

“A família que tá no Banco é a que tá no PBF, que é atendida pelo posto, que as crianças estão na escola, é a família que a mãe tá fazendo um curso... então a gente tem que parar de olhar as políticas de forma fragmentada. A gente tem que ver que essa família perpassa todos os setores e, ao mesmo tempo, ela é invisível aos outros setores, e não deveria ser porque esta família tem que ser vista como um todo. Essa rede tem que ser de fato uma rede que cause segurança pra essa família, não uma rede teórica.” (Gestor 4, 2014)

Face ao exposto, é importante pensar em estratégias que consigam superar as questões partidárias e pessoais para que, enfim, seja viável a articulação do SISAN-Cuité, justamente pelo fato de que cada secretaria, municipal ou de estado, trilhando caminhos isolados reforçarão a política tradicional de centralização e marcada na figura e postura coronelista centralizada no secretário, não alcançando a promoção da SAN no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo se mostrou um desafio para os pesquisadores por dois motivos principais: a amplitude das informações necessárias para análise do SISAN-Cuité, perpassando por diversos setores da gestão e dimensões de análise, e a característica longitudinal da pesquisa. Apesar das dificuldades para sistematizar as informações, os objetivos desta pesquisa foram alcançados como também realizada a análise do SISAN-Cuité nos dois recortes históricos, com descrição e análise da legitimação e da organização do sistema.

No que se refere à metodologia, esta foi considerada adequada com os métodos de coleta e também de análise a partir das dimensões definidas. Entretanto, é importante destacar o contratempo na realização do mapeamento dos equipamentos, programas e ações em 2011, quando não foram inseridas as ações geridas pelo governo estadual no município, apesar de suas ações se apresentarem timidamente.

As hipóteses de avanços expressivos na Política Municipal de SAN não foram contempladas nos resultados, visto que o município cresceu em quantidade de programas, mas não evoluiu na compreensão e na execução da política de SAN na perspectiva sistêmica quando comparados os dois recortes, apesar do progresso no nível federal. Ressalta-se que, recentemente, as questões de SAN tem sido retomadas em um setor do município, ainda de modo superficial e pontual que teve grande contribuição do curso de Nutrição como parceiro. O sucesso deste diálogo demanda maior atenção para a relevância da inserção do nutricionista nas ações da Assistência Social, inclusive, para melhor viabilizar as questões intersetoriais da SAN.

Diante dos resultados desta pesquisa, faz-se necessário um aprofundamento com análises qualitativas das razões que impõem entraves para a implementação do SISAN em nível local, bem como um olhar mais sensível por parte do governo federal para o preparo dos estados e municípios para a implantação das políticas, especialmente do SISAN, a fim de que o desenvolvimento deste ocorra de forma adequada e exitosa.

Anseia-se, com este estudo, subsidiar a elaboração de planos intersetoriais de gestão com objetivo de contribuir para as discussões e a execução da Política Municipal de SAN, tanto para o município de Cuité quanto para os demais municípios que compartilhem deste momento de implementação do SISAN, além de outras esferas governamentais que necessitem de informações sobre como a política de SAN tem sido aplicada no âmbito local.

Neste sentido de organizar as esferas para a implementação do sistema, reforça-se a carência de capacitação para o COMSEAS, visto que estes são peças fundamentais na gestão

do SISAN, para o planejamento, desenvolvimento e monitoramento das ações. No que diz respeito aos conselhos, destaca-se a importância da realização de pesquisas que objetivem compreender as questões políticas e sociais que inviabilizam o funcionamento devido dos CONSEAs, que possibilitem o direcionamento de soluções para o enfrentamento destes e, assim, viabilizem a reestruturação dos Conselhos a partir do rompimento de influências partidárias para que sejam discutidas, de fato, as necessidades da população.

Além disso, devem ser aprofundados os estudos referentes à intersetorialidade com foco nas razões que impedem os diálogos necessários para a prática deste princípio na Política de SAN, especialmente no âmbito municipal onde as relações partidárias e de promoção pessoal mostram-se mais evidentes. Neste sentido, por compreender que a determinação de que as ações sejam intersetoriais não é o suficiente para que as mesmas ocorram de forma adequada, sugere-se que haja além de obrigação da intersetorialidade, motivação para o desenvolvimento de ações compartilhadas. Ainda sobre a intersetorialidade, sugere-se como estratégia para a superação das disputas entre secretários refletidas na setorialização das ações, capacitações periódicas e que, para os devidos cargos, embora de confiança, seja exigido comprovação de formação com afinidade para a área que pretende atuar.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, S. L. Cidadania e gestão do processo de desenvolvimento: um estudo sobre a atuação dos conselhos regionais e municipais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de 1990 a 2009. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, p. 301. 2010.

ARRUDA, B. K. G. ARRUDA, I. K. G. Política de Alimentação e Nutrição no Brasil: breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Ed. Rubio, 2011. 690 p.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. v. 7, n. 3, p. 319-326, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome MDS/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN/Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN. **Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN**. 1ª ed. Brasília, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE/DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Nota Técnica/2013 – DAB/SAS/MS. **Registro dos acompanhamentos da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica**. Brasília, 2013.

BRASILa. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Brasil sai do mapa da fome da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao> Acesso em 01 de Dezembro de 2014.

BRASILb. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Relatório Plano Brasil Sem Miséria no Município de Cuité-PB. 2014. disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69 Acesso em 01 de Dezembro de 2014.

BRASILc. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.. Brasil Sem Miséria. Brasil Carinhoso. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/brasilsemmiseria/brasil-carinhoso> acesso em: 09 de Dezembro de 2014.

MDS. Relatório Plano Brasil Sem Miséria no Município de Cuité-PB. 2014. disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69 Acesso em 01 de Dezembro de 2014.

BROUSSELLE, A.; CHAMPAGNE, F.; CONTANDRIOPOULOS, A. P.; HARTZ, Z.; **Avaliação: conceitos e métodos.** tradução de Michel Colin – Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2011. 290 p.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, H.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204p.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; FROZI, D. S. Programas de Segurança Alimentar e Nutricional: experiências e aprendizados. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

CASTOR, P. C. K. **Autonomia Municipal como fator de crescimento local.** INIFAE. Curitiba, p. 130. 2008.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS – CONSEA/MG. **Orientações para uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.** Belo Horizonte, 2009. 42 p.

COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. LOM Ediciones/Programa MERCOSUR Social y Solidário. Santiago. 2006.

DIAS, M. S. D. A. et al. Intersetorialidade e Estratégia Saúde da Família: tudo ou quase nada a ver? **Ciência & Saúde Coletiva**, Sobral, v. 19, n. 11, p. 4371-4382, 2014.

HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009. Cap. 1, p. 23-39.

HESPANHOL, A. N. Manutenção e Reprodução da Pobreza Rural no Brasil e o Desafio da Sua Superação Por Meio de Políticas Públicas. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, MG, n. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-17, junho 2014.

INSTITUTO PÓLIS/ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Subsídios para implantação de sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional em regiões metropolitanas. **Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome:** Brasília: 2008.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 35-45, Nov./Dez. 2000.

KEPPLE, A. W.; MALUF, R. S.; BURLANDY, L. Implementing a Decentralized Food and Nutrition Security System in Brazil. Cornell University. Ithaca, New York. 2012.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 13. 2008.

LEÃO, M. MALUF, R. S. A construção de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: ASBRANDH, 2012. 72 p.

LOPES, A. C.; Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? **Revista Brasileira de Educação**. n. 26, p. 109-183, 2004.

MALUF, R. S. REIS, M. C. Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

MEZOMO, I. B. **Os serviços de alimentação: planejamento e administração**. 5. ed. Barueri: Ed. Manole, 2002.

NASCIMENTO, G. M. B. D. Inovação E Estratégia Na Construção E Na Governança Da Política De Segurança Alimentar E Nutricional No Município de Garruchos-RS. 2º Fórum Internacional Ecoinnovar. Santa Maria-RS: ECOINNOVAR. 2013. p. 12.

NOGUEIRA, J. G. Segurança Alimentar: Abrangência Do Programa Bolsa Família no município de Vila Velha-ES. UFES. Vitória, p. 34. 2013.

PAES-SOUZA, R. Plano Brasil sem Miséria: incremento e mudança na política de promoção e proteção social. **Working Paper**. nº 113. Ago 2013.

PEIXINHO, A. BALADAN, D. RIM, L. SCHAWARTZMAN, K. GALANTE, A. P. Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. **O mundo da saúde**. São Paulo: 2011; 35(2):128-136

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **PNAE - Programa Nacional Alimentação Escolar**. Brasília, p. 909-916. 2013.

PESSANHA, L. D. R. A Experiência Brasileira Em Políticas Públicas Para A Garantia Do Direito Ao Alimento. **IBGE**. Rio de Janeiro, p. 67. 2002.

PINHEIRO, A.R.O. **Análise histórica do processo de formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2003-2006): atores, ideias, interesses e instituições na construção de consenso político**. 2009. 236 f. Tese (Programa de pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas da universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RASELLA, D. et al. Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities. *Lancet*, Londres, v. 382, p. 57-64, Julho 2013.

RIGON, D. A. A construção de políticas públicas promotoras de Saúde: um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 528. 2012.

SANTOS, S. M. C. D.; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002. 1 – Abordagem metodológica. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1029-1040, Maio 2007.

SANTOS, S. M. C.; SAMPAIO, M. F. A. Contexto do Planejamento e da Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013.

SUPLICY, E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Saúde e Sociedade, Brasília, v. 12, n. 1, p. 61-71, jan./jun. 2003.

TAVARES, F. C. L. P; LEAL, V. S. **Evolução da política e dos programas de alimentação e nutrição no Brasil: de Josué de Castro à política nacional de segurança alimentar e nutricional**. Recife: editora Universitária da UFPB, 2012. 122 p.

TEIXEIRA, E. C. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. AATR-BA. Salvador, p. 11. 2002.

TRICHES, R. M.; GERHARDT, T. E.; SCHNEIDER, S. Políticas alimentares: interações entre saúde, consumo e produção de alimentos. Interações, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 109-120, janeiro/Junho 2014.

VASCONCELOS, F. D. A. G. D. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista Nutrição, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, julho/agosto 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Lista de programas de 2014

APÊNDICE 2 – Roteiro de programas pesquisados em 2011

APÊNDICE 3 – Roteiro para os novos programas identificados em 2014

APÊNDICE 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

APÊNDICE – LISTA DE PROGRAMAS DE 2014

Programas/ações	Existe?	Esfera proponente
Programa Nacional de Alimentação Escolar	Sim	GF
Brasil Alfabetizado	Sim	GF
Mais Educação	Sim	GF
Programa Saúde na Escola	Sim	GF
Ações de Educação Alimentar e Nutricional	Sim	GF
Brasil Carinhoso (Creche)	Sim	GF
Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos	Sim	GM
Programa Bolsa Família – PBF	Sim	GF
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS	Sim	GF
Banco de alimentos	Sim	GM
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)	Sim	GF
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Sim	GF
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (I, II e III)	Sim	GF
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	Sim	GF
Bolsa Verde	Sim	GF
Núcleo de Apoio a Saúde da Família	Sim	GF
Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A	Sim	GF
Programa Nacional de Suplementação de Ferro	Sim	GF
Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional	Sim	GF
Vigilância Sanitária de alimentos	Sim	GF
Olhar Brasil	Sim	GF
Distribuição de Medicamentos (Farmácia Popular)	Sim	GF
Rede Cegonha	Sim	GF
Rede Nutri (Suplementação de Fe e vitaminas para crianças de creches)	Sim	GF
Programa Melhor em Casa (Atendimento interdisciplinar no domicílio)	Sim	GF
Programa Mais Médicos	Sim	GF
Programa Um Milhão de Cisternas	Sim	GF
Programa Água para Consumo e Produção de Alimentos (CEOP + Sindicato)	Sim	GF
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Sim	GF
Garantia Safra	Sim	GF
Acesso à água Dessalinizada	Sim	GM
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	Sim	GF
Distribuição de Sementes	Sim	GE
Programa Crescer (microcrédito)	Não	.
Programa Bolsa Estiagem	Sim	GF
Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI)	Sim	GF
Programa Leite da Paraíba	Sim	GE

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE PROGRAMAS PESQUISADORES EM 2011

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista: ___/___/_____ Entrevistador: _____

1. DADOS DO ENTREVISTADO:

1.1. Nome: _____

1.2. Instituição/ órgão: _____

1.3. Inserção funcional no Programa/Ação: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA / AÇÃO

2.1. Nome do P/A (inclusive nome fantasia):

2.2. Unidade Gestora (no município):

Unidade da administração municipal	Atribuições
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

2.3. Iniciativa do Programa / Ação

	Exclusivamente do governo Municipal
	Programa estadual de execução com o governo municipal
	Programa federal de execução com governo municipal

2.4. Formulação do Programa / Ação

2.4.1. Ano de implementação do P/A no município: _____

2.4.2. Qual o principal problema que o programa se propõe solucionar?

2.4.3. Quais agentes participaram da decisão de implantar o P/A do município?

2.4.4. Qual o objetivo geral visado pelo P/A? Foram também definidos objetivos específicos?

2.4.5. Quais as ações do programa são atingidos?

2.4.6. No caso de Programa federal ou estadual: a implantação do Programa no município demandou adequações ou mudanças nas ações previamente definidas? Cite as mudanças ocorridas e seus motivos.

2.4.7. No caso de P/A de iniciativa municipal: as ações demandaram adequações ou mudanças nas ações previamente definidas? Cite as mudanças ocorridas e seus motivos.

2.5. Execução do Programa / Ação

2.5.1. Atualmente quais os bens oferecidos ou serviços prestados à população pelo P/A? Identifique-os.

2.5.2. Onde é feita a oferta de bens ou de prestação de serviços à população?

2.5.3. Os Equipamentos utilizados para a oferta e prestação de serviços à população são próprio ou de outras instituições? Quais os critérios para a escolha destes locais de instalação dos Equipamentos?

2.5.4. Quais são os agentes responsáveis pela execução das principais atividades nestes Equipamentos?

2.5.5. No caso de haver participação de agentes da sociedade civil sem fins lucrativos ou setor privado: Quais os critérios utilizados para a escolha desses agentes? A quem coube definir os critérios? Esta decisão passou pelo conselho de SAN?

2.6. Intersetorialidade de ações

2.6.1. As ações deste programa são executadas de forma articulada/ integrada com ações de outros programas? Qual programa e quais são os agentes – públicos e da sociedade – responsáveis? Há algum documento oficial que formaliza estas relações? Que documento é esse?

2.6.2. Se não, por quê? Seria importante a articulação com outros programas governamentais ou não? Quais as dificuldades para executar este diálogo/articulação? Como estas dificuldades poderiam ser enfrentadas?

2.7. Recursos do Programa / Ação

2.7.1. O P/A possui dotação orçamentária municipal (Lei do Orçamento Municipal - LOA)? É possível identificar a descrição desta dotação e relacionar facilmente com o nome do programa? É possível identificar em qual função, subfunção e projeto?

2.7.2. Os recursos financeiros utilizados no P/A são provenientes de quais fontes? É possível identificar a proporcão de recursos de cada uma das fontes?

- 2.7.3. Em caso negativo, em que dotação orçamentária os recursos deste programa estão alocados? É possível identificar em qual função, subfunção e projeto? Os recursos financeiros utilizados no programa são provenientes de quais fontes? É possível identificar a proporção de recursos de cada uma das fontes?
- 2.7.4. Este P/A foi incluído no PPA (Plano Plurianual) do período de 2010-2013? Quais as metas estabelecidas? Quais os indicadores estabelecidos para a sua avaliação?
- 2.7.5. Qual o perfil dos profissionais que atuam na execução do P/A?
- 2.7.6. Qual o tipo de vínculo (remunerado pelo setor público, remunerado por outras fontes, voluntário)?
- 2.7.7. A dedicação destes profissionais é integral ou parcial?

2.8. População atendida do Programa/Ação

- 2.8.1. Quais os critérios de acesso da população ao P/A?
- 2.8.2. Esses critérios foram definidos por quais instituições?
- 2.8.3. A escolha dos beneficiários para atendimento segue alguma regra definida? E qual instituição faz essa escolha?

2.9. Acompanhamento e avaliação

- 2.9.1. O programa dispõe de cadastro de beneficiários? Inclui a totalidade dos beneficiários? Como está organizado (em papel ou arquivo eletrônico)? Quais os tipos de dados armazenados? Quem coleta dos dados (executor, gestor, etc)?
- 2.9.2. São construídos Indicadores do P/A? Eles são divulgados? Como são divulgados? Para qual público? Com qual periodicidade?
- 2.9.3. Os indicadores e dados do programa são discutidos no conselho Municipal de SAN? Como são apresentados e com que regularidade?
- 2.9.4. Em decorrência da apresentação de dados o conselho sugeriu alguma mudança para melhorar ou rever o programa? Ela foi incorporada ao programa?
- 2.9.5. O programa mantém relação regular com algum outro Conselho Municipal? Qual? Explore esta relação.
- 2.9.6. No caso de Programa/Ação federal ou estadual: a prefeitura tem obrigação de apresentar relatórios de desempenho ou de avaliação? Que tipo de relatórios? Com que periodicidade eles são apresentados?
- 2.9.7. Foi (ou é) feita avaliação externa do programa? Por quem? (Tribunal de Contas da União, Ministério Público, órgãos da administração estadual ou federal, institutos de pesquisa, universidades, etc). Quais os resultados desta avaliação?
- 2.9.8. Os profissionais deste programa participam de encontros ou fóruns que visam discutir os temas relacionados a este programa?

3. Comentários adicionais

Além destas informações, gostaria de acrescentar algum outro aspecto não abordado na entrevista?

Local e data: _____, ____/____/_____.

APÊNDICE 3 – ROTEIRO PARA OS NOVOS PROGRAMAS IDENTIFICADOS EM 2014

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Data da entrevista: ____/____/____

Entrevistador: _____

Nome do P/A (inclusive fantasia): _____

1 DADOS DO ENTREVISTADO:

1.1. Nome:

1.2. Instituição/ órgão:

1.3. Inserção funcional no Programa/Ação:

1.4. Desde quando é responsável pelo

programa/ação? _____

1.5. Vínculo com o serviço?

2 HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DO P/A: (descrever síntese com base nas respostas fornecidas em 2011)**2.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA / AÇÃO**

Em 2011 a iniciativa do Programa / Ação era _____. Houve mudança? Desde quando?

	2011	2014
1. Exclusivamente do governo Municipal		
2. Programa estadual de execução com o governo municipal		
3. Programa federal de execução com governo municipal	x	

3 FORMULAÇÃO/EXECUÇÃO DO P/A

2011

2014

3.1. O **OBJETIVO GERAL** do programa era: _____3.2. Os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** do programa eram: _____3.3. Os **CRITÉRIOS DE ACESSO DA POPULAÇÃO** eram: _____3.4. As **INSTITUIÇÕES QUE DEFINIRAM ESTES CRITÉRIOS** foram: _____3.5. As **REGRAS DEFINIDAS PARA PRIORIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS** eram: _____3.6. As **INSTITUIÇÕES QUE PARTICIPARAM DESTE PROCESSO** foram: _____3.7. Quais os **CRITÉRIOS PARA DEVINCULAÇÃO DA POPULAÇÃO atendida pelo P/A?** _____3.8. As **ESTRATÉGIAS/AÇÕES/SERVIÇOS PRESTADOS** para garantir o alcance dos objetivos do P/A eram (frequência?): _____3.9. As ações do P/A eram **ARTICULADAS/ INTEGRADAS** com (relatar programas, atores e suas atribuições abaixo): _____

Houve mudança?

Qual a situação atual?

Por quê?

Desde quando?

Unidade gestora e parceiros	Atribuições	Atores responsáveis*

*Mudou de responsável quantas vezes?

3.10. A **IMPORTÂNCIA DA ARTICULAÇÃO** deste P/A com outros programas governamentais ou não era (Se não, por quê?):

3.11. As **DIFICULDADES PARA EXECUTAR ESTE DIÁLOGO** eram (o que pode ser feito para superar?):

3.12. Para a participação de atores da sociedade civil ou do setor privado, os **CRITÉRIOS DE ESCOLHA** eram:

3.13. **QUEM DEFINIU OS CRITÉRIOS** foi:

3.14. Esta decisão **PASSOU PELO CONSELHO DE SAN:**

3.15. O **DOCUMENTO OFICIAL** que formalizava esta parceria era:

3.16. Os **LOCAIS ONDE ERAM OFERTADOS OS BENS/ PRESTADOS OS SERVIÇOS** eram:

3.17. Os **CRITÉRIOS DE ESCOLHA** destes locais eram:

Houve mudança?

Qual a situação atual?

Por quê?

Desde quando?

4 RECURSOS DO PROGRAMA / AÇÃO

4.1. Os **RECURSOS FINANCEIROS** utilizados no P/A eram **PROVENIENTES** das seguintes fontes:

4.2. A **IDENTIFICAÇÃO DA PROPORÇÃO DE RECURSOS** de cada uma das fontes era:

4.3. Como **NÃO** era possível a identificação dos recursos, a **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE LOCAÇÃO DOS RECURSOS** do P/A era:

4.4. A **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MUNICIPAL ESPECÍFICA** (Lei do Orçamento Municipal - LOA) era (existente? Qual?):

4.5. E a **IDENTIFICAÇÃO, A DESCRIÇÃO E A RELAÇÃO COM O NOME DO PROGRAMA** desta dotação eram:

4.6. O **PERFIL DOS PROFISSIONAIS** que atuavam na execução do P/A era:

4.7. O **TIPO DE VÍNCULO** destes profissionais era:

4.8. A **DEDICAÇÃO** destes profissionais era:

Houve mudança?

Qual a situação atual?

Por quê?

Desde quando?

5 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

5.1. O **CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS** era (existência? inclusão de todos? Como estava organizado?):

5.2. Os **DADOS ARMAZENADOS** eram:

5.3. O **RESPONSÁVEL PELA COLETA** era:

5.4. O P/A esteve (ou não) presente no **PPA 2010-2013**: (esteve no 2014-2017?)

5.5. As **METAS ESTABELECIDAS** foram:

5.6. Os **INDICADORES** estabelecidos para a avaliação foram (construídos? Os dados serão divulgados?):

5.7. A construção e a divulgação de **OUTROS INDICADORES** eram (existentes? como são divulgados? Para quem? Periodicidade?):

5.8. A **DISCUSSÃO DOS INDICADORES NO CONSEA** era (Existente? Como eram apresentados? com que regularidade?):

5.9. As **SUGESTÕES DO CONSEA** foram:

5.10. A **RELAÇÃO REGULAR** do P/A com outro **CONSELHO MUNICIPAL** era (Existente? Com qual?):

5.11. A **APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS** de P/A Federais ou Estaduais era (Existente? Qual tipo? Com que periodicidade?):

5.12. A **AVALIAÇÃO EXTERNA** do P/A era (Existente? Feita por quem?):

5.13. Os **RESULTADOS DA AVLIAÇÃO** externa foram:

5.14. Como gestor, qual a **SUA AVALIAÇÃO** do P/A?

Houve mudança?

Qual a situação atual?

Por quê?

Desde quando?

5.15. A **PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM FÓRUNS/ENCONTROS** que discutiam temas do programa era (existente? Com que frequência?):

7 DESAFIOS E DIFICULDADES

- Ao comparar as atividades executadas no ano de sua implementação, você destacaria mudanças na execução deste programa? A que se deve isso?

- Quais os desafios e dificuldades para a execução deste programa? Considerando o ano de 2011, algumas das dificuldades vivenciadas foram superadas? Como?

- Considerando que a SAN envolve a garantia do acesso da população a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente promotora da saúde, o que pressupõe uma articulação política intersetorial para melhoria do acesso da população aos alimentos, do consumo alimentar adequado e do incentivo à agricultura local de forma a favorecer a disponibilidade de alimentos variados e saudáveis na comunidade, como que você julga que este programa contribui para a promoção da SAN na comunidade de Cuité?

8 COMENTÁRIOS ADICIONAIS

Além destas informações, gostaria de acrescentar alguma outra não relatada nesta entrevista?

APÊNDICE 4 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE
NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE COLETIVA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado gestor,

Em 2011 uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Campina Grande, coordenada pela professora Poliana de Araújo, realizaram a pesquisa intitulada "Segurança Alimentar e Nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte" na qual foi possível realizar um amplo diagnóstico sobre a situação de vida, alimentação e nutrição da população cuitense, mapear e conhecer o funcionamento das principais políticas públicas existentes no município de Cuité, bem como das iniciativas da sociedade civil relacionadas com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Destaca-se que a SAN é um direito de toda a população e significa ter acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente.

Com o objetivo de descrever e mapear o conjunto de ações e programas deste município em dois recortes históricos, 2011 e 2014, a equipe retorna para coletar os dados referentes a 2014 através da pesquisa "Segurança Alimentar e Nutricional em município de pequeno porte: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população", aprovada em Edital do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Deste modo, caso concorde em participar da pesquisa será realizada uma entrevista com *o(a) senhor(a)* onde serão perguntadas questões sobre a ação, programa ou associação que você representa. As informações tratam sobre a formação, origem da iniciativa, público-alvo, execução, entre outras informações. Os dados coletados serão apresentados para outros gestores do município e em trabalhos e congressos científicos, e em hipótese nenhuma o seu nome será divulgado junto aos resultados. Esta pesquisa é de suma importância para compreender a dinâmica da execução das políticas de insegurança alimentar e nutricional em município de pequeno porte e, assim, a sua participação é de extrema importância.

Se todas as suas dúvidas foram esclarecidas, pedimos o seu consentimento para incluir *o(a) senhor(a)* como participante da pesquisa. Se tiver qualquer dúvida sobre o estudo, pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa Ms. Poliana de Araújo Palmeira

Prof. Poliana Palmeira: 33721960/ 99929839

Email: sancuite@gmail.com CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.

Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545

 Responsável pela Pesquisa

Prof. Ms. Poliana de Araújo Palmeira

Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde /Unidade Acadêmica de Saúde/ Curso de Graduação em Nutrição Tel: (83) 3372-1960/ 3372- 1900

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu _____,
gestor (a) do programa/ação _____,
concordo em colaborar com a realização da pesquisa “Segurança Alimentar e Nutricional
em município de pequeno porte: uma análise longitudinal das políticas públicas e da
situação de insegurança alimentar da população”, nos termos acima descritos.

_____, _____ de _____ de
2014.

Assinatura do entrevistador

Assinatura do(a) entrevistada (a)